RBTCC Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva
e-ISSN: 1982-3541

2022, v. 24, pp. 1–40, e221638
Seção Especial História e Ensino da Análise do Comportamento

Desfazendo equívocos ultrapassados: Caminhos para estabelecer diálogos frutíferos entre Análise do Comportamento e Psicologia Social

Tackling outdated misconceptions: Pathways to establish fruitful dialogues between Behavior Analysis and Social Psychology
Deshaciendo equívocos obsoletos: Caminos a establecer diálogos fructíferos entre el análisis del comportamiento y la psicología social

Diego Zilio, Amanda Gonçalves

Universidade Federal do Espírito Santo

Histórico do Artigo
Recebido: 16/08/2021.
1ª Decisão: 19/12/2021.
Aprovado: 30/03/2022.

DOI
10.31505/rbtcc.v24i1.1638

Correspondência
Diego Zilio
dzilioufes@gmail.com

Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória, ES, 29075-910

Editor Responsável
Fábio Henrique Baia

Como citar este documento
Zilio, D., & Gonçalves, A.(2022). Desfazendo equívocos ultrapassados: Caminhos para estabelecer diálogos frutíferos entre Análise do Comportamento e Psicologia Social. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *24*, 1–40. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v24i1.1638

Fomento
Trabalho financiado via bolsa de Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) do MEC concedida ao primeiro autor e bolsa de Iniciação Científica PIBIC concedida à segunda autora.

ABPMC ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO
2022 © ABPMC. OPEN ACCESS É permitido compartilhar e adaptar. Deve dar o crédito apropriado, não pode usar para fins comerciais. CC BY NC

Resumo
O interesse de analistas do comportamento por questões sociais e culturais torna incontornável a necessidade de dialogar com outras áreas do conhecimento, a exemplo da Psicologia Social, Sociologia e Antropologia. Isso posto, faz-se relevante explorar o que é dito sobre o comportamentalismo em textos dessas áreas. O objetivo deste trabalho foi avaliar como o comportamentalismo é apresentado na literatura de Psicologia Social, uma área com a qual acreditamos ser relevante estabelecer contato. Analisamos 11 livros considerados obras de referência da área e constatamos que os comentários são em sua maioria opiniões desfavoráveis e equivocadas. Encontramos em Lane (1981/2006, 1984), porém, uma sinalização pertinente sobre a incompletude da análise do comportamento social. Finalizamos o artigo considerando possíveis estratégias para mitigar tais equívocos ao longo de nossa empreitada de dialogar com outras áreas do conhecimento interessadas por questões sociais e culturais.

Palavras-chave: Análise do Comportamento; Psicologia Social; Behaviorismo; Processos sociais e culturais; Críticas.

Abstract
The behavior analyst's interest for social and cultural issues turns the necessity of establishing dialogues with other areas of knowledge, such as Social Psychology, Sociology and Anthropology, into a priority. That being the case, to explore what is being written about behaviorism in the literature of those areas can be seen as a first step towards the dialogue. After all, if our goal is to establish contact, maybe is prudent to start by investigating what they "think of us". Our goal in this article was to evaluate how behaviorism is presented in Social Psychology books, one of the areas we think is worth establishing contact with. We analyzed 11 books considered main references on the field and found out that most comments were unfavorable misconceptions about behaviorism. We found in Lane (1981/2006, 1984), however, a well-informed argument pointing to the incompleteness of the behavior analysis of social behavior. We ended the article by considering possible strategies to tackle the misconceptions about behaviorism in our endeavor to establish dialogue with other areas interested in social and cultural processes.

Key words: Behavior Analysis; Social Psychology; Behaviorism; Social and Cultural Processes; Misconceptions.

Resumen
El interés de los analistas de la conducta por las cuestiones sociales y culturales hace ineludible la necesidad de dialogar con otras áreas del conocimiento, como la Psicología Social, la Sociología y la Antropología. Dicho esto, resulta relevante explorar lo que se dice sobre el conductismo en los textos de estas áreas. El objetivo de este trabajo fue evaluar cómo se presenta el conductismo en la literatura de la Psicología Social, área con la que creemos importante establecer contacto. Analizamos 11 libros considerados obras de referencia en el área y encontramos que los comentarios son en su mayoría opiniones desfavorables y erróneas. Sin embargo, encontramos en Lane (1981/2006, 1984) una señal pertinente sobre lo incompleto del análisis del comportamiento social. Terminamos el artículo considerando posibles estrategias para resolver tales malentendidos a lo largo de nuestro esfuerzo de dialogar con otras áreas del conocimiento interesadas en temas sociales y culturales.

Palabras clave: Análisis de la conducta; Psicología Social; Conductismo; Procesos sociales y culturales; Equívocos.

Desfazendo equívocos ultrapassados: Caminhos para estabelecer diálogos frutíferos entre Análise do Comportamento e Psicologia Social

Diego Zilio, Amanda Gonçalves

Universidade Federal do Espírito Santo

O interesse de analistas do comportamento por questões sociais e culturais torna incontornável a necessidade de dialogar com outras áreas do conhecimento, a exemplo da Psicologia Social, Sociologia e Antropologia. Isso posto, faz-se relevante explorar o que é dito sobre o comportamentalismo em textos dessas áreas. O objetivo deste trabalho foi avaliar como o comportamentalismo é apresentado na literatura de Psicologia Social, uma área com a qual acreditamos ser relevante estabelecer contato. Analisamos 11 livros considerados obras de referência da área e constatamos que os comentários são em sua maioria opiniões desfavoráveis e equivocadas. Encontramos em Lane (1981/2006, 1984), porém, uma sinalização pertinente sobre a incompletude da análise do comportamento social. Finalizamos o artigo considerando possíveis estratégias para mitigar tais equívocos ao longo de nossa empreitada de dialogar com outras áreas do conhecimento interessadas por questões sociais e culturais.

Palavras-chave: Análise do Comportamento; Psicologia Social; Behaviorismo; Processos sociais e culturais; Críticas.

Pode-se dizer com relativa segurança que estamos testemunhando um crescente interesse da comunidade comportamentalista por questões sociais e culturais (Zilio, 2018): estudos de comportamento social e práticas culturais em contexto de laboratório, propostas de intervenções sociais e delineamentos culturais em contextos aplicados, e incursões teóricas cujas temáticas são de cunho social (tais como política, ética, feminismo, racismo) parecem estar cada vez mais presentes nos periódicos e eventos da área. Entretanto, é coerente assumir que o desenvolvimento histórico da Análise do Comportamento talvez não se entrelace ao de outras áreas interessadas por questões sociais e culturais, a exemplo da Psicologia Social (Álvaro & Garrido, 2003/2006; Farr, 1996/2002), Sociologia (Calhoun, 2007; Kon, 1979/1989) e Antropologia (Erickson & Murphy, 2015; Harris, 1968). É razoável até mesmo argumentar que a Análise do Comportamento seria, em sentido figurado, uma ilha (Brown & Hendy, 2001; Cruz, 2016; Dal Bem, Calixto, & Ferreira, 2016).

A parábola da ilha comportamentalista serve bem ao propósito de introduzir o tema do presente artigo. Os habitantes da ilha comportamentalista, os analistas do comportamento, compreendem os fenômenos psicológicos, sociais e culturais a partir de uma visão de mundo própria, o comportamentalismo, com seu dialeto antimentalista peculiar recheado de termos e conceitos cujo sentido só pode ser apreendido, de fato, quando se conhece o todo do sistema. Levaria tempo para o morador do continente (isto é, para a comunidade verbal que não faz parte da ilha)

Nota dos autores
Os autores agradecem a Kester Carrara, Diego Mansano Fernandes e aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social Analítico-Comportamental da UFES (GEPPSAC) pelos comentários e sugestões em versões prévias deste manuscrito.

entender, por exemplo, que, para o habitante da ilha, comportamento não é simplesmente "comportamento"; que ambiente não é "meio ambiente"; que reforço não é "recompensa"; que punição não é "castigo"; e que a mente é, singularmente, comportamento (cf. Becirevic, Critchfield, & Reed, 2016).

O hermetismo tem potencial para fomentar o isolamento: os analistas do comportamento poderiam continuar no conforto epistemológico e conceitual da ilha comportamentalista e tratar das questões sociais e culturais ignorando solenemente o "continente". Em suma, traçar uma tradição de pesquisa e reflexão sobre o social e o cultural puramente comportamentalista – imaculada, sem qualquer influência "continental". De modo contrário, os comportamentalistas poderiam reconhecer que há uma longa tradição "continental" de tratamento de questões sociais e culturais e buscar conhecê-la, ainda que isso signifique entrar em contato com outras epistemologias, outros dialetos, outras "microculturas". Consideramos a segunda alternativa a mais sensata: buscar o diálogo, mas sem perder de vista a visão de mundo comportamentalista no processo.

O interesse de analistas do comportamento por questões sociais e culturais torna, assim, incontornável a necessidade de sair da ilha, navegar ao continente e dialogar com outras áreas do conhecimento - Psicologia Social, Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas e Economia, só para citar algumas. Áreas essas que já se dedicavam ao estudo de processos sociais e culturais antes mesmo do desenvolvimento do movimento behaviorista no início do século XX. Diante dessa situação, torna-se relevante questionar como os habitantes do continente enxergam a ilha comportamentalista. Afinal, se é o nosso objetivo estabelecer contato, talvez seja prudente começar por investigar o que eles "acham de nós". É melhor medir a temperatura da água antes de colocarmo-nos a nadar.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi avaliar como o comportamentalismo é apresentado na literatura de Psicologia Social, uma das áreas do "continente" com a qual acreditamos ser relevante estabelecer contato. Analisamos 11 livros considerados obras de referência da área e constatamos que os comentários são em sua maioria críticos, o que, por si, não constitui qualquer problema. No entanto, não só isso, tratam-se de equívocos que, aos olhos dos comportamentalistas ilhados, poderiam parecer estar há muito resolvidos. Encontramos em Lane (1981/2006, 1984), porém, uma sinalização pertinente sobre a incompletude da análise do comportamento social. Finalizamos o artigo considerando possíveis estratégias para mitigar tais equívocos ao longo de nossa empreitada de dialogar com outras áreas do conhecimento interessadas por questões sociais e culturais.

Seleção da literatura

Duas estratégias foram utilizadas na seleção dos livros de Psicologia Social. Ambas foram realizadas no segundo semestre de 2016. A primeira

delas consistiu em consulta a docentes da área de Psicologia Social. Para chegarmos à lista de docentes, realizamos uma busca na Plataforma Lattes (http://lattes.cnpq.br/). Os seguintes critérios foram adicionados no campo de "busca avançada" da plataforma: (a) descritor: "psicologia social"; (b) condição 1: apenas doutores; (c) condição 2: brasileiro ou estrangeiro; (d) condição 3: bolsista de produtividade CNPq; (e) condição 4: área de atuação em "Ciências Humanas, Psicologia, psicologia social". A busca resultou em uma lista com 36 docentes. Visando fortalecer ainda mais a relação entre a área de nosso interesse e os docentes a serem consultados, foram mantidos na lista apenas aqueles que apresentavam em seus currículos ênfase de pesquisa em Psicologia Social, utilizando-se como base as informações contidas nos campos "linhas de pesquisa" e "projetos de pesquisa", assim como as próprias publicações descritas no currículo. Após essa análise, 22 dos 36 docentes permaneceram na lista. O passo seguinte foi encaminhar uma mensagem de e-mail aos 22 docentes. Na mensagem, explicamos o objetivo da pesquisa e solicitamos que eles elencassem oito livros (ressaltamos que esse número poderia variar para mais ou para menos caso desejassem) os quais acreditavam ser os mais relevantes na Psicologia Social. Três critérios foram sugeridos para a composição da lista de indicações: (a) livros publicados em língua portuguesa, (b) de teor "geralista" ou "introdutório", isto é, cujo foco não fosse explicitamente direcionado a uma abordagem psicológica específica; e (c) que se tratassem de livros de introdução, manuais, compêndios, coletâneas ou que versassem sobre história e métodos de pesquisa na área. Seis e-mails foram respondidos com indicações de literatura representativa da área.

Em função do baixo número de respostas pelos docentes, e com o intuito de aumentar a amostra bibliográfica coletada, foi feita uma busca complementar nas referências bibliográficas dos editais de seleção de programas de pós-graduação em Psicologia Social de universidades brasileiras. Para a seleção dos programas utilizamos como fonte informações disponíveis no site da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), que contém uma seção dedicada somente aos programas de pós-graduação (https://www.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=545). Da lista disponível nessa seção foram selecionados apenas os programas com o termo "Psicologia Social" em seus títulos. Nove programas foram selecionados. Procedemos, então, à análise da bibliografia presente nos editais dos últimos processos seletivos desses programas em um período de três anos a contar retrospectivamente do último edital publicado. A seleção da bibliografia encontrada nos editais obedeceu aos mesmos critérios utilizados na solicitação feita aos docentes.

Somando as indicações feitas pelos docentes ao material encontrado nas bibliografias dos editais de seleção, chegamos ao total de 117 livros. Devido ao grande número de obras, foram mantidos apenas aquelas que possuíram duas ou mais menções nas listas dos docentes e referências

dos editais de seleção. Os 11 livros apresentados na Tabela 1 cumpriram esse critério.

Tabela 1.
Livros de Psicologia Social selecionados organizados por data de publicação.

Data (Original/ Consultada)	Autor(a)	Título	Nº de Menções
1952/1966	S. E. Asch	Psicologia social	4
1966/1985	P. Berger e T. A. Luckmann	A construção social da realidade	2
1981/2006	S. T. M. Lane	O que é psicologia social	4
1984	S. T. M. Lane e W. Codo	Psicologia social: O homem em movimento	4
1996/2002	R. M. Farr	As raízes da psicologia social moderna	2
1998/2013	M. D. G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos, e T. M. G. Fonseca	Psicologia social contemporânea: Livro-texto	2
2003/2006	J. L. Álvaro e A. Garrido	Psicologia social: Perspectivas psicológicas e sociológicas	3
2004	F. G. Rey	O social na psicologia e a psicologia social: A emergência do sujeito	2
2012	A. M. Jacó-Vilela e L. Sato	Diálogos em psicologia social	4
2013	L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, e M. E. Pereira	Psicologia social: Temas e teorias	2
2014	R. H. F. Campos e P. Guareschi	Paradigmas em psicologia social: A perspectiva latino-americana	2

A Tabela 2, por sua vez, apresenta algumas características das obras selecionadas. A autoria foi classificada como primária (sete livros) ou secundária (quatro livros), a primeira para os casos em que os autores listados são

também os que escreveram os capítulos; a segunda para os casos em que os autores listados são organizadores ou editores das obras que, por essa razão, possuem também capítulos escritos por colaboradores.

Tabela 2.
Características das obras selecionadas.

Livro	Tipo	Autoria	Orientação
Álvaro e Garrido (2003/2006)	História	Primária	Isenta
Asch (1952/1966)	Manual	Primária	Psicologia Social Psicológica
Berger e Luckmann (1966/1985)	Sociologia	Primária	Psicologia Social Sociológica
Camino, Torres, Lima, e Pereira (2013)	Manual	Secundária	Psicologia Social Psicológica
Campos e Guareschi (2014)	Introdução	Primária	Psicologia Social Sociológica
Farr (1996/2002)	História	Primária	Psicologia Social Sociológica
Jacó-Vilela e Sato (2012)	Coletânea	Secundária	Psicologia Social Sociológica
Jacques, Strey, Bernardes, Guareschi, Carlos, e Fonseca (1998/2013)	Manual	Secundária	Psicologia Social Sociológica
Lane (1981/2006)	Introdução	Primária	Isenta
Lane e Codo (1984)	Coletânea	Secundária	Psicologia Social Sociológica
Rey (2004)	Introdução	Primária	Psicologia Social Sociológica

Outra classificação realizada envolveu a divisão comumente estabelecida na área entre psicologia social psicológica e psicologia social sociológica (cf. Álvaro & Garrido, 2003/2006, Farr, 1996/2002). Em linhas gerais, a psicologia social "psicológica" é de orientação científica empírica e experimental, usualmente norte-americana, que tem no sujeito individual o seu ponto de partida para compreensão de processos sociais. A psicologia social "sociológica", por sua vez, nasce de uma reação às supostas limitações do empirismo e experimentalismo da contraparte "psicológica" (fala-se da "crise" da psicologia social) e propõe alternativas fundadas nas relações irredutíveis entre sujeito e seu meio sócio-histórico (Sá, 2015). A psicologia social latino-americana, da qual parte significativa das obras encontradas trata, enquadra-se nessa última categoria (Gouveia, 2015).

Das 11 obras, sete foram classificadas como de psicologia social sociológica, duas de psicologia social psicológica, e outras duas como "isentas", por não parecerem enfatizar uma perspectiva ou outra. Uma das obras de psicologia social psicológica é Asch (1952/1966), o livro mais antigo da lista, talvez mencionada por possuir valor histórico à área e não pela atualidade de seu conteúdo (essa função cabe a Camino, Torres, Lima & Pereira, 2013). A partir desses dados, pode-se sugerir (ainda que indiretamente) que a psicologia social no Brasil seja primariamente de orientação "sociológica".

Dois livros tratam dos fundamentos da área a partir de perspectiva histórica. Álvaro e Garrido (2003/2006) é mais linear e democrático no que diz respeito à apresentação dos diferentes caminhos epistemológicos construídos ao longo do desenvolvimento histórico da área. Farr (1996/2002), por sua vez, faz uma análise histórica e crítica da psicologia social psicológica, parecendo favorecer, como contraponto, a perspectiva sociológica na psicologia social. Três manuais e três livros introdutórios foram listados. Classificamos como "manuais" obras que buscam abarcar de maneira sumarizada em seus capítulos uma ampla gama de tópicos, temas, e problemas de uma área específica, isto é, prover uma visão geral. Asch (1952/1966), Camino, Torres, Lima e Pereira (2013) e Jacques, Strey, Bernardes, Guareschi, Carlos e Fonseca (1998/2013) se enquadraram nessa categoria. Por sua vez, classificamos como "introdutórios" os livros que visam apresentar uma área específica de maneira acessível, especialmente a uma audiência não especializada. Campos e Guareschi (2014), Lane (1981/2006) e Rey (2004) foram classificados dessa maneira. Também apareceram na lista duas coletâneas, Jacó-Vilela e Sato (2012) e Lane e Codo (1984), aqui classificadas como obras que possuem áreas, problemas, e temas específicos a darem coesão entre os capítulos que as compõem. Esses capítulos não precisam ser gerais ou introdutórios. Por fim, o livro de Berger e Luckmann (1966/1985) não se enquadra em nenhuma das categorias anteriores: não é propriamente um texto de psicologia, mas de sociologia. A abordagem construtivista dos autores os coloca em consonância com a orientação sociológica da psicologia social, o que talvez justifique a sua aparição na lista.

A análise do comportamento e o behaviorismo nas obras consultadas

A análise dos livros foi dividida em dois estágios. Primeiramente, foi feita a leitura integral dos 11 livros, durante a qual foram destacadas e selecionadas as passagens que continham as palavras-chave "Watson", "Skinner", "behaviorismo", "behaviorista", "comportamentalista", "comportamentalismo", "comportamental" e "análise do comportamento". Foram criados arquivos de fichamento (.doc) para cada obra analisada nos quais as passagens eram transcritas.

A partir dos arquivos de fichamento (.doc) criados, o segundo estágio da análise consistiu em ler todas as passagens selecionadas e categorizá-las,

levando-se em conta (a) o contexto temático subjacente (i.e., os autores estavam tratando de qual assunto, problema ou questão?); (b) autor(es) associado(s) à Análise do Comportamento e ao behaviorismo (quando havia menções explícitas); e (c) as dimensões das críticas ao behaviorismo (quando a passagem selecionada era de crítica). Caso a categorização não fosse possível somente pela leitura da passagem, procedíamos, então, à consulta da fonte primária.

É imprescindível ressaltar que o ponto "c" da categorização foi adicionado após a leitura integral das obras (estágio 1). Não havia planejamento prévio para focar apenas as críticas ao behaviorismo e à Análise do Comportamento. Estávamos interessados em tudo o que estava sendo escrito sobre a área em livros de Psicologia Social. No entanto, o primeiro contato com as obras indicou que, quando as palavras-chave referentes à Análise do Comportamento apareciam nos textos, era quase que exclusivamente em contexto de crítica (trataremos dessa questão adiante). Por essa razão, visando auxiliar a análise das passagens selecionadas, organizamos as críticas encontradas tendo como ponto de partida as categorias elencadas por Carrara (2005). As críticas foram distribuídas entre as seguintes categorias: (a) mecanicista, (b) positivista, (c) continuísta, (d) externalista, (e) reducionista / superficial / desumanizante, e (f) proveria controle unilateral.

Concomitantemente, analisamos quais autores eram mencionados nas passagens (quando havia menção explícita) e quais críticas eram a eles direcionadas. Apresentaremos nas próximas subseções descrições sintetizadas das categorias críticas acompanhadas de exemplos extraídos dos livros consultados e também breves esclarecimentos visando dirimir os equívocos encontrados na literatura. Antes de iniciarmos, cabe colocar duas ressalvas: algumas das categorias de Carrara (2005) foram aqui agrupadas por possuírem, em nossa leitura, uma temática subjacente comum; os comentários visando esclarecer os equívocos das críticas foram feitos tendo como ponto de partida primário o behaviorismo radical de B. F. Skinner.

A análise do comportamento seria mecanicista

Talvez uma das críticas mais associadas à Análise do Comportamento é a de que esta seria uma psicologia "mecanicista", do tipo "estímulo-resposta", em que as relações causais entre variáveis ambientais e comportamentais seriam a-históricas e por contato, a exemplo do que ocorreria, em óbvia metáfora, com bolas de bilhar quando se chocam. Nessa perspectiva, o ser humano seria uma "máquina", suas partes seriam intercambiáveis, tal qual as de um automóvel. Todavia, por não ser observável, a máquina humana "mental" teria status de "caixa preta", restando à psicologia estudar relações mecânicas entre estímulos ambientais e respostas comportamentais observáveis. Na descrição de Carrara (2005), o mecanicismo como aqui apresentado implicaria "rigidez na explicação

das relações estimulo-resposta, considerando o interior do homem como o cerne da metáfora da caixa-preta" (p. 150)

Álvaro e Garrido (2003/2006), por exemplo, ao argumentarem que George Herbert Mead não poderia ser considerado um "behaviorista" escreveram: "Devemos lembrar que o objetivo deles [os behavioristas] era explicar o comportamento referindo-se unicamente aos estímulos externos que o desencadeiam. O comportamento era concebido, dessa maneira como uma reação mecânica diante de estímulos do ambiente" (p. 82). Camino e Torres (2013) seguem ideia semelhante: "Não obstante, na Psicologia Social norte-americana, herdeira do comportamentalismo, não existia inicialmente um lugar para um conceito como o de atitude, pois qualquer explicação do comportamento se reduziria ao esquema estímulo-resposta" (p. 93). Roso (1998/2013) assinala: "Compreender a concepção de ser humano dessa teoria é fundamental. Para ela, o ser humano é como se fosse uma máquina, que se comporta de maneiras previsíveis e regulares em resposta às forças externas, aos estímulos, que o afetam" (p. 127).

Em primeiro lugar, é imprudente alinhas tais características "mecanicistas" ao behaviorismo como se esse fosse um movimento monolítico e estável. Zilio e Carrara (2016, 2017, 2019, 2021), por exemplo, apresentaram vinte e duas propostas comportamentalistas distintas entre si. É como se o crítico falasse de "psicanálise" sem considerar as possíveis diferenças entre Freud, Lacan e Jung; ou de "psicologia social" sem especificar se estaria falando de sua vertente psicológica norte-americana, sociológica francesa, latino-americana, histórico-dialética, dentre outras, como se todas fossem equivalentes. O mesmo vale, evidentemente, para o behaviorismo. Assim, por exemplo, talvez seja pertinente associar o mecanicismo ao behaviorismo de A. P. Weiss (1924), curiosamente autor não citado em nenhum momento nas críticas ao mecanicismo, além de sua influência ser inexpressiva no desenvolvimento da Análise do Comportamento. Por outro lado, se considerarmos o behaviorismo radical de B. F. Skinner, em cujas bases se sustenta a Análise do Comportamento, a associação com as características mecanicistas aqui descritas é deveras equivocada, haja vista sua aproximação ao contextualismo (Morris, 1992). Nas palavras de Carrara e Gonzales (1996):

> Algumas das características mais caras à orientação filosófica do contextualismo incluem a adoção inequívoca da multideterminação do comportamento: inúmeras variáveis, de campos diferentes (pessoal, social, cultural, educacional, político, ideológico, econômico, biológico, químico, etc.) concorrem, de modo geralmente entrelaçado (e não linear), para a explanação causal do fenômeno comportamental, sendo que o significado do comportamento apenas pode emergir do contexto. . . .Fica claro que uma preocupação do contextualismo é considerar a unidade psicológica indivisível e interativa, de modo que não é razoável tentar explicar o psicológico apenas mediante a análise de eventos

> particulares: é indispensável o passo subsequente de análise do todo significativo. Assim, um comportamento será, sempre, um comportamento-no-contexto e não pode ser compreendido com apelo a ações isoladas das partes ou mecanismos envolvidos na interação (glândulas, braços, cérebro, ou, num exemplo ainda mais controvertido, "mente"). Dois cuidados com essa proposição merecem registro: 1. assumir a ideia do ato no e com o contexto, sem apelo a explicações de mecanismos isolados, não significa negação à influência de outros níveis de análise: uma análise comportamental contextualista não pode prescindir do biológico, do antropológico, do sociológico; 2. assumir uma análise contextualista em que a preocupação é o todo interativo e não as partes, não significa igualmente que, ingenuamente, se imagine possível visualizar todo o repertório comportamental durante todo o tempo e sob todas as circunstâncias somadas: seguramente, faz-se referência a inevitáveis cortes temporais e históricos, mas que se constituam, no mínimo, em "recorte" que tenha significado reconhecível. (pp. 11-12)

A incompatibilidade entre behaviorismo radical e as características mecanicistas mencionadas pela crítica foi extensamente explorada na literatura comportamentalista. Ao leitor interessado pelo assunto, além de Carrara e Gonzales (1992), recomendamos também Carrara (2002, 2004), Cruz e Cillo (2008), Chiesa (1994), Morris (1992, 1993), Hayes, Hayes, e Reese (1988) e Zilio (2019a).

A análise do comportamento seria positivista

Trata-se da "influência positivista como determinante da filosofia behaviorista" (Carrara, 2005, p. 150). A associação da Análise do Comportamento e do behaviorismo ao positivismo lógico encontra seu fundamento especialmente no que diz respeito à sua teoria do significado. Para positivistas lógicos, os significados de termos científicos deveriam ser encontrados em operações empíricas diretamente observáveis. Estas seriam as suas condições de verificação. Um termo que não satisfizesse essa condição deveria ser descartado por não possuir "significado" (Churchland, 1988/2004). Embora o positivismo possua outras características (Ouelbani, 2009), é a ênfase nos dados observáveis (alguns textos consultados usaram o termo "objetivismo") como únicos significativos para uma proposta psicológica que se pretenda científica o elemento comumente encontrado nas associações do behaviorismo ao positivismo (Zilio, 2010).

Rey (2014), por exemplo, acredita ser evidente essa relação: "É claro que essa psicologia centrada no comportamento reproduzia o ideal de objetividade, medição, verificação e controle que dominava o cenário das ciências naturais positivistas no fim do século XIX" (p. 10). Já Álvaro e Garrido (2003/2006) associam positivismo ao behaviorismo de Watson: "...a corrente teórica que melhor se ajustava aos requisitos neopositivistas de cientificidade era o behaviorismo. Durante os anos 1930 e 1940, o

programa esboçado por Watson em 1913 gerou o neobehaviorismo, que teve uma influência hegemônica na psicologia até os anos 1960" (p. 149). Farr (1996/2002), por seu turno, estabelece essa relação em diversos momentos de seu livro, ora de maneira genérica (tratando do "behaviorismo" de modo geral), ora associando-o a Watson e Allport: "O positivismo é uma força importante tanto dentro como sobre a história da psicologia social. O behaviorismo é a forma que ele assumiu na história da psicologia social. Nesse ponto, Floyd Allport, irmão de Gordon, desempenhou um papel importante" (p. 35); ". . .Watson foi um positivista filosoficamente ingênuo" (p. 83); "Em termos da história da psicologia, o positivismo era o behaviorismo watsoniano. A ciência natural que Watson tinha em mente era a física, e não a evolução" (p. 111); e "Nos círculos científicos e acadêmicos, o positivismo era parte do zeitgeist. Na história da psicologia, ele tomou a forma de behaviorismo" (p. 177).

O termo "positivismo" nos livros analisados foi utilizado de maneira descuidada com o objetivo de criar uma retórica de polos opostos (Billig, 1990): de um lado, o indesejável "positivismo" incorporado pelo behaviorismo, e, do outro, as alternativas "não positivistas", que não possuem propriamente um adjetivo unificador, exceto o de não serem positivistas. Nessa situação, seja o interlocutor um "texto" ou uma "pessoa", cabe questionar: O que o/a texto/pessoa entende por "positivismo"? E por que seria um problema "sê-lo" no contexto da psicologia? Não encontramos respostas claras a nenhuma das duas questões nos textos analisados. Na lógica da retórica dos opostos, parece que associar o behaviorismo ao positivismo assenta-se na esperança de que negatividade atrelada ao termo "positivista" (um "espantalho") se transfira (de maneira frágil, pois não resistiria a uma análise mais detalhada) ao behaviorismo. O efeito, porém, é apenas a interdição de qualquer possibilidade de discussão produtiva.

De todo modo, caso consideremos a teoria verificacionista do significado e a exclusão de eventos não observáveis da ciência do comportamento ("objetivismo") como características definidoras do "positivismo", a aproximação deste ao comportamentalismo revela-se equivocada:

> Skinner contrapõe o behaviorismo radical ao behaviorismo metodológico [contraparte psicológica do positivismo lógico]. Nas palavras do autor. . .: "Behavioristas metodológicos, tal como os positivistas lógicos, argumentam que a ciência deve se limitar aos eventos que podem ser observados por duas ou mais pessoas; verdade deve ser verdade por consenso". Em outro texto Skinner . . . afirma que o "fisicalismo do positivismo lógico nunca foi bom behaviorismo" e conclui dizendo que em uma "ciência do comportamento adequada nada que determine a conduta deve ser deixado de lado, não importando o quão difícil possa ser o acesso". O "fisicalismo" ao qual Skinner se refere não é especificamente a tese monista sobre a substância da qual o mundo é feito (embora possa incluí-la), mas sim a ideia positivista lógica de que as condições de

> verificação dos termos psicológicos devem ser comportamentos físicos e observáveis publicamente. . . . Diferentemente do behaviorismo lógico, o behaviorismo radical sustenta que os significados das sentenças são as variáveis que estabelecem suas condições de controle. . . . Consequências importantes decorrem da teoria do significado behaviorista radical. Em primeiro lugar, o significado de um termo psicológico não estaria nas condições de verificação – isto é, nos comportamentos físicos publicamente observáveis – mas sim nas contingências que controlam a classe operante verbal da qual ele faz parte. . . . Em segundo lugar – sendo essa consequência a mais importante –, não importa se as contingências relacionadas aos termos psicológicos envolvam eventos privados. . . . Skinner . . . defende sua posição dizendo que a "ciência frequentemente fala sobre coisas que não podem ser vistas ou medidas". Como resultado, portanto, o behaviorismo radical pode "considerar os eventos privados (talvez por inferência, mas, não obstante, significativamente)". . . . Essas diferenças entre a teoria do significado do behaviorismo lógico e a teoria do significado do behaviorismo radical são importantes porque possibilitaram ao segundo conservar os eventos privados enquanto tais, ao invés de partir para a busca de traduções em linguagem puramente objetiva cujos referentes seriam apenas eventos observáveis. (Zilio, 2010, pp. 182-184).

Abib (1999), por seu turno, alarga a dissensão entre behaviorismo radical e positivismo para além da questão do significado e da acessibilidade, incluindo pontos de ruptura em relação às dicotomias aparência-essência e nominalismo-realismo, à pretensão de universalidade do método científico, e à distinção entre fatos e valores:

> A epistemologia interativa-pragmática do behaviorimo radical representa um afastamento notável [das] características do positivismo. Em primeiro lugar, a posição pragmática de Skinner . . . no debate aparência-essência, como comportamento inefetivo-efetivo, permite-lhe distanciar-se dos termos tradicionais desse debate, isentando-o de qualquer pronunciamento seja a favor do eventual estatuto cognitivo das aparências, seja contra a pesquisa nonsense das essências. Segundo, não há, para Skinner, método científico universal, o que significa dizer que as práticas científicas não devem ser, necessariamente, identificadas com os aspectos formais do método científico e do raciocínio dedutivo. Além disso, coloca que essas práticas não devem também ser identificadas com as feições reducionistas desse método - método científico que, na ciência do comportamento, procura explicar os fenômenos comportamentais e suas leis reduzindo-os a fenômenos e leis fisiológicas, mentalistas e cognitivas. . . . Nem tampouco, finalmente, devem as práticas científicas na ciência do comportamento seguir a orientação do método científico que estabelece limites metodológicos para a investigação de eventos privados, abandonando-se, desse modo, a investigação de eventos como sentimentos, desejos, intenções,

> etc. . . . Terceiro, Skinner . . . rejeita a distinção positivista entre fato e valor, atribuindo estatuto cognitivo aos juízos de valor. . . . Quarto, no debate nominalismo-realismo, Skinner . . . não se compromete com qualquer tipo de realismo, seja com ideias e eventos cognitivos da mente, seja com motivos, emoções e pulsões da psique. Naturalmente, isso não significa que ele esteja negando a existência da percepção, do pensamento, dos sentimentos, motivos, emoções, pulsões, etc. O que está sendo negado é que esses eventos sejam dotados de uma substância mental especial. . . (p. 240)

A quem se interessar pelo tópico, há extensa literatura que evidencia as discrepâncias entre comportamentalismo e positivismo, a exemplo de Abib (1994, 1999), Carrara (2005, 2015), Chiesa (1994), Dittrich et al. (2009), Smith (1986), Zilio (2010), e Zuriff (1985).

A análise do comportamento seria continuísta

A presente crítica pode ser vista como um desdobramento do suposto "reducionismo" analítico-comportamental. Ser continuísta implica "generalização da pesquisa animal para os seres humanos" (Carrara, 2005, p. 150), isto é, assumir que o que se aplica aos outros animais automaticamente também se aplicaria aos seres humanos. Podemos encontrá-la, por exemplo, em Asch (1952/1966):

> Resultou dessa doutrina, uma desumanização do conceito de homem dominante no pensamento atual, e da qual a psicologia ainda não se refez. Foram feitos muitos esforços para, a partir principalmente do estudo dos organismos inferiores, organizar uma psicologia cujos princípios foram generalizados para o nível humano. Esse salto (de um nível para o outro) era assinalado como uma desvalorização ou omissão radical das características especificamente humanas. . . . O desenvolvimento a que se fez referência teve lugar na psicologia sob a égide do comportamentismo. (p. 18).

Rey (2004) também nos fornece um ótimo exemplo dessa crítica:

> O behaviorismo por outro lado, fortemente influenciado pelo desenvolvimento da psicologia animal de Thorndike, estabelecia uma analogia entre os mecanismos e processos da psicologia animal e a humana, e com isso ignorava totalmente o social enquanto cultura, considerando, em seu conceito de estímulo, somente as influências que atuavam de forma objetiva e imediata sobre o sujeito. Ou seja, a desvalorização da psique como fenômeno subjetivo foi acompanhada por uma visão naturalista e individualista que ignorou a condição social da psique e a forma específica em que a cultura é constituinte da psique humana, o que implica uma diferença qualitativa com a psique animal. (p. 8)

Para Baum (2019), a noção de continuidade das espécies consiste na "ideia de que, mesmo que as espécies sejam claramente diferentes umas

das outras, elas também se assemelham na medida em que compartilham uma mesma história evolutiva" (p. 7). Obviamente, suas histórias filogenéticas (relativa às espécies) não se confundem, e o mesmo pode ser dito, de modo ainda mais agudo, sobre suas histórias ontogenéticas (relativas aos organismos particulares). No entanto, da existência de diferenças entre espécies e entre organismos da mesma espécie não se segue a necessidade de se atribuir status ou uma essência diferencial a qualquer uma delas. Assumir a continuidade entre espécies não implica realizar generalizações indevidas, ou seja, que um dado sobre comportamento observado em contexto de laboratório com organismo não humano (como ratos e pombos) seja automaticamente generalizável a situações análogas com seres humanos. Tampouco implica desconsiderar as variáveis sociais e culturais como determinantes do comportamento humano.

Ademais, a existência ou não de princípios comportamentais generalizáveis entre espécies é uma questão empírica legítima. Da mesma forma em que é repreensível qualquer tentativa de generalização descuidada, é também no mínimo problemático anulá-la à luz de uma posição estabelecida *a priori* sobre a natureza essencialmente distinta da "psique" humana. Pode existir espaço tanto para características comportamentais compartilhadas entre espécies quanto para diferenças marcantes. E a pesquisa básica com animais não humanos é peça fundamental para estabelecer de maneira mais precisa essas semelhanças e diferenças. Hantula (2019) aponta algumas das semelhanças entre espécies e como tais achados contribuíram para pensar questões propriamente humanas:

> Um artigo de cinco páginas descrevendo o comportamento de três pombos . . . levou à lei da igualação. . .; um relato de seis páginas sobre escolha em pombos . . . nos deu a função de desconto hiperbólico. Tanto a lei da igualação quanto a função de desconto hiperbólico agora desafiam a teoria da escolha racional e os fundamentos da economia neoclássica . . . e ajudaram a inaugurar a economia comportamental. . . . A função de desconto hiperbólico gerou pesquisas acerca de uma ampla variedade de tópicos, de comportamentos cotidianos, como escolhas por itens de consumo . . . ou emprego. . ., a problemas sociais sérios, tais como abuso de substâncias. . . . A lei da igualação e o desconto do atraso são apenas dois exemplos do progresso intelectual e das contribuições sociais que podem ser fornecidas por cientistas do comportamento que mantêm rigor em suas pesquisas ao mesmo tempo em que atentam-se para questões maiores. (pp. 689-690)

Mas cabe notar que ainda assim não se assume ingenuamente que humanos e não humanos se comportam da mesma maneira em situações análogas. Hackenberg (2005), por exemplo, ressalta que podem existir diferenças relevantes entre humanos e não humanos diante de situações que demandam escolha e autocontrole:

> Diferenças importantes certamente existem (como no campo do comportamento verbal). O ponto principal é metodológico – apenas pelo estudo de diferentes espécies diante de circunstâncias o mais similares possíveis é que poderemos nos colocar em posição de descobrir a natureza e a extensão das diferenças que podem existir. (p. 144)

Este era o cerne da questão para Skinner (1969): "Apesar de ocasionalmente ser dito que pesquisa com animais inferiores torna impossível descobrir o que é unicamente humano, é apenas pelo estudo do comportamento de animais inferiores que podemos dizer o que é distintivamente humano" (p. 101).

A exemplo dos outros tópicos, a desconstrução das críticas à noção de continuidade entre espécies foi explorada em outros textos, dentre os quais Baum (2019), Carrara (2005), Glenn (1994), Hackenberg (2005), Harrison (1994) e Hunziker (1995).

A análise do comportamento seria externalista

Carrara (2005) descreveu essa categoria de crítica como relativas às "questões da teleologia, intencionalidade e propósito" (p. 150). Aqui incluímos também o que o autor (2005) descreveu como "situacionismo" e "ambientalismo" (p. 152). Para colocá-las na mesma dimensão, optamos pelo termo "externalista". Em resumo, a crítica apresenta o behaviorismo como uma abordagem que atribui ao indivíduo um caráter passivo em sua relação com o ambiente, isto é, o que a pessoa faz é resultado direto do que ocorre no ambiente, não havendo lugar para ela na condição de agente de mudança. Micheletto e Sério (1993) descrevem perfeitamente esta crítica:

> Colocada em sua forma mais simples, esta crítica afirma que o homem não é visto como agente, como ser ativo, capaz de imprimir direção a suas ações, a sua vida. Isto é, que o homem não é visto como sujeito. Ao contrário, seria ele objeto do controle do ambiente, receptáculo de influências, passivo, mero reflexo de determinações externas e alheias a ele. (p. 11)

Podemos encontrar essa crítica em Álvaro e Garrido (2003/2006) ao contrapor o behaviorismo "mecanicista" à teoria de Blumer: "Rejeitando abertamente a concepção mecanicista da pessoa, que deriva tanto do behaviorismo como do funcionalismo estrutural, Blumer . . . sublinha como característica essencial do intercâmbio simbólico a concepção da pessoa como agente de seus próprios atos" (p. 203). A passagem, ainda que de maneira indireta, estabelece uma ligação entre behaviorismo, mecanicismo e concepção de sujeito passivo (i.e., que não é o agente de seus próprios atos). Em outro momento, Álvaro e Garrido (2003/2006) associam a crítica ao "instinto" como causa a uma perspectiva ambientalista radical em Watson: "Ainda que em 1919 tivesse proposto uma relação de instintos, os resultados que [Watson] posteriormente obteve em suas

pesquisas com recém-nascidos levaram-no a adotar uma posição radicalmente ambientalista, rejeitando a existência dos instintos humanos" (p. 56). Em Camino e Torres (2013):

> Na psicologia norte-americana, o processo de socialização tem sido estudado à luz de diferentes abordagens teóricas, como o behaviorismo ... [Estas] pressupõem um forte determinismo social onde, por um lado, o social é concebido como algo externo, estático e em certo sentido abstrato e, por outro, o sujeito, isolado em sua individualidade, é visto como um aprendiz mais ou menos passivo dos elementos sociais apresentados a ele. (p. 100)

Rey (2004) também segue com exposição semelhante: "Essa psicologia comportamental centrava-se no indivíduo como definição natural, mas omitia totalmente a definição de sujeito enquanto indivíduo singular, capaz de atuar sobre os próprios contextos e processos que o determinam e de ser constituinte desses mesmos contextos" (p. 10).

A Análise do Comportamento é "externalista" na medida em que atribuí ao contexto o papel de protagonista na explicação do comportamento. Para compreender por que uma pessoa se comporta de tal ou qual maneira, devemos analisar a história de interação dessa pessoa com o contexto. O termo "contexto" é utilizado aqui em sentido abrangente, podendo incluir todo e qualquer elemento do universo capaz de influenciar o comportamento de um organismo, incluindo características biológicas, particularidades de seu ambiente físico, como também elementos de seu contexto econômico, social e cultural (Guerin, 2016; Morris, 1992). É por essa razão que a proposta analítico-comportamental é irredutivelmente histórica. As "causas" do comportamento devem ser buscadas nessa história de interação entre organismo e contexto.

No entanto, o termo "externalista" mantém uma dicotomia (interno/externo) que não encontra espaço no comportamentalismo. Qualquer coisa no mundo que influencie o comportamento é parte do "contexto" desse comportamento estando ela dentro ou fora do organismo. Assim, variáveis biológicas não são deixadas de fora por serem "internas" ao organismo; pelo contrário, elas fazem parte do contexto determinante do comportamento. A depender do comportamento alvo de estudo, é possível que se dê maior ou menor ênfase a certos elementos contextuais. Por exemplo, se o objetivo é compreender os efeitos da má formação em uma dada área do sistema nervoso no desenvolvimento de certas classes de comportamento simbólico, maior ênfase será dada ao estudo das relações funcionais entre variáveis neurofisiológicas e comportamentais. Por outro lado, se o objetivo é compreender como diferentes contingências culturais acabam por selecionar padrões de comportamentos simbólicos distintos entre si, o foco será no estudo das relações funcionais entre variáveis culturais e comportamentais.

Por fim, admitir que o comportamento é historicamente determinado (outra maneira de dizer que é função de uma história de interação entre

organismo e contexto) não requer a anulação do sujeito do comportamento como figura determinante de suas ações. Os sujeitos não são "passivos" no sentido colocado pelas críticas. Nas palavras de Skinner (1957): "Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e são, por sua vez, modificados pelas consequências de sua ação" (p. 1). Micheletto e Sério (1993) desenvolvem o argumento:

> O homem constrói o mundo a sua volta, agindo sobre ele e, ao fazê-lo, está também se construindo. Não se absolutiza nem o homem, nem o mundo; nenhum dos elementos da relação tem autonomia. Supera-se,com isto, a concepção de que os fenômenos tenham uma existência por si mesmo, e a noção de uma natureza, humana ou não, estática, já dada. A própria relação não é estática, não supõe meras adições ou subtrações, não supõe uma causalidade mecânica. A cada relação obtém-se, como produto, um ambiente e um homem diferentes. (p. 14)

Aos interessados em se aprofundar nas questões aqui colocadas recomendamos a leitura de Baum (2019), Brandenburg e Weber (2005), Micheletto e Sério (1993), Moore (2017), Ruiz (1998), Skinner (1974/2003), e Tourinho (1999).

A análise do comportamento seria ineficaz em seus métodos e procedimentos

Essa categoria trata da suposta ineficácia da metodologia comportamentalista para lidar com diversas questões e problemas da psicologia. Carrara (2005) menciona a "substituição de sintomas como suposto exemplo da ineficácia e impropriedade de métodos, técnicas e procedimentos" (p. 150). A crítica, em linhas gerais, seria a de que a Análise do Comportamento, por focar em padrões comportamentais manifestos, relações estímulo-resposta, não daria conta das reais causas subjacentes dos problemas psicológicos, lidando tão somente com sintomas (i.e., os comportamentos). Nos livros analisados encontramos exemplos de outros supostos problemas metodológicos e procedurais. Rey (2004), por exemplo, parece atribuir à perspectiva comportamentalista a prática de dividir a dimensão psicológica em elementos comportamentais isolados, descolados de contexto histórico, que, então, serviriam de fundamento para a divisão dos campos de aplicação e, também, da classificação de psicopatologias.

> Essa delimitação de espaços aplicados da psicologia sobre a base de tipos de comportamentos associados a diferentes conteúdos e funções da vida humana teve como resultado uma psicologia de base comportamental que se fundamentou em microespaços de atividade, associados a tipos diferentes de comportamento. Isso precisamente foi o que levou à desconexão que existe nos dias de hoje entre os diferentes campos da psicologia aplicada, e o que, ao mesmo tempo, foi a gênese do conceito de psicologia aplicada devido ao caráter ateórico de sua base. Esses campos se perpetuam como divisões rígidas, delimitados por tipos de

> comportamentos diferentes e associados a práticas também diferentes. . . . A partir dessa orientação semiológica-descritiva baseada nos testes, surgiu a clínica que caracterizou a tendência comportamental que estamos analisando e que hoje tem sua expressão mais completa no DSM-III e no DSM-VI. (pp. 11-12)

Por seu turno, Asch (1952/1966) parece sugerir que a perspectiva comportamentalista não daria conta de fenômenos de "grupo", pois os grupos seriam eliminados enquanto entidades que demandariam um nível distinto de análise, sendo os processos grupais reduzidos a comportamentos individuais:

> A tese individualista foi desenvolvida, mais sistematicamente, nos estudos psicológicos. Essa tese começa com a afirmação de que os indivíduos são a única realidade e muitas vezes termina com a negação da realidade dos grupos. Seu argumento é, em resumo, o seguinte: os processos psicológicos ocorrem somente nos indivíduos, que são as únicas unidades acessíveis a observação. Somente o indivíduo pode amar e odiar, perceber e pensar; somente ele decide e age. As doutrinas comportamentistas atuais introduziram uma explicação mais específica das ações individuais. Os indivíduos são criaturas com necessidades e empenham em vigorosas atividades para satisfazer tais necessidades. Dentro deste contexto, os indivíduos entram em contacto com os objetos, aprendendo a manejá-los, a se aproximar deles ou excita-os. O sentido psicológico da ação voltada para pessoas é precisamente o da ação diante de outros estímulos físicos. É dirigida para a satisfação das necessidades; casa um obedece às suas necessidades, e usa as outras pessoas para seus fins. Destas considerações alguns tiraram uma conclusão básica a respeito dos grupos e da ação do grupo. Se os indivíduos são os únicos agentes reais, o termo "grupo" é uma abstração fictícia se por ele se entende qualquer coisa além da referência à soma das reações dos indivíduos, uns diante dos outros. Rigorosamente falando, não há grupos; "grupo" é um termo coletivo que se refere a uma multiplicidade de processos individuais. A noção de grupo torna-se supérflua, uma vez que descrevemos as ações dos indivíduos e suas consequências. (p. 207).

Rey (2004) apresenta a Análise do Comportamento como uma proposta "ateórica" puramente aplicada que produz uma espécie de atomização do fenômeno psicológico na qual são forjadas classificações rígidas e estanques puramente topográficas de tipos de comportamentos a partir das quais se estabelecem os parâmetros de diagnóstico e as estratégias de intervenção. Essa caracterização está longe de ser verdadeira. Baer, Wolf e Risley (1968) já apontavam que a dimensão aplicada deve ser sempre teoricamente informada. A aplicação não deve ser apenas uma questão de seguir "receitas de bolo". É preciso entender por que o que se faz funciona, do contrário corre-se o risco de não saber o que fazer quando não funciona. No contexto de sua crítica, Rey (2004) argumenta que essa suposta característica da psicologia comportamentalista levou ao modelo médico

de diagnóstico em psicopatologia. No entanto, e talvez curiosamente, Rey provavelmente encontraria na Análise do Comportamento uma aliada em suas críticas. Banaco et al. (2012) sumarizaram as principais linhas de divergência entre modelos médico e analítico-comportamental a respeito das psicopatologias:

> O modelo médico descrevia a fenomenologia da psicopatologia, ou seja, descrevia minuciosamente como funcionavam os comportamentos psicopatológicos. Para a análise do comportamento, essa forma do comportamento não é a informação mais importante; o importante é a função que o comportamento adquire na relação do indivíduo com seu ambiente. A medicina procurava a etiologia da doença, em geral em anormalidades do organismo, e a Análise do Comportamento se propunha a explicar e descrever a probabilidade, a frequência, a intensidade com a qual todo e qualquer comportamento se apresenta. A psiquiatria se esforça para descrever o curso (ou o desenvolvimento) de uma doença mental, já a Análise do Comportamento tenta desvendar quais são as condições que mantêm um comportamento a ser emitido. Como se não bastassem essas diferenças, o modelo médico batizou os problemas de comportamento como "doenças mentais", e a Análise do Comportamento considera que os comportamentos sejam fruto de uma seleção pelas consequências . . . o comportamento que , de alguma maneira, "funciona" para um indivíduo será mais provável do que aquele que "não funciona". Essa concepção dificulta o entendimento do problema de comportamento como fruto de uma "doença mental". Enquanto se tenta descrever o que é o comportamento normal para se identificar o anormal na Psiquiatria, a Análise do Comportamento tenta descrever as leis gerais do comportamento, seja ele qual for. (pp. 154-155)

Por sua vez, a questão da relação entre níveis de análise (individual, grupal, societal, cultural) trazida por Asch (1952/1966) ainda é bastante atual tanto na Análise do Comportamento como em outras áreas dedicadas ao estudo de processos sociais e culturais, a exemplo da Psicologia Social, Sociologia e Antropologia (Doise, 1986; Sá, 2015). Para o autor, o behaviorismo seria reducionista em relação aos fenômenos de grupo, considerando-os a mera somatória de comportamentos individuais. No entanto, essa não parece ser a posição comportamentalista. Nas palavras de Carrara (2018):

> Nessa perspectiva, apenas indivíduos, biologicamente equipados para colocar em uso seus sistemas bio-fisiológicos, podem efetivamente ingerir água e comida, reproduzir-se, aprender conceitos, respirar, ser sensíveis às consequências. Os grupos, embora sejam fundamentalmente definidos por uma reunião de indivíduos, não são organismos num sentido biológico. Portanto, grupos qua grupos não são sensíveis às consequências. São coletivos de indivíduos que, eventualmente, podem apresentar padrões de comportamento similares, interdependentes,

> entrelaçados em sua topografia, frequência ou duração. Todavia, não é possível organizar contingências para o controle do comportamento de grupos. Grupos não se comportam. Quem se comporta são os indivíduos que compõem os grupos. Estes, enquanto organismos, são suscetíveis às consequências e ao contexto antecedente do ambiente em que estão inseridos. (p. 65)

O comportamentalismo não endossa a atribuição de uma propriedade exclusiva dos organismos vivos (o comportar-se) ao grupo. Fazê-lo é incorrer em falácia da composição, ou seja, a de assumir que uma propriedade presente nas partes de um sistema (os sujeitos) também deve estar presente no sistema como um todo (o grupo). Isso não é o mesmo que reduzir o estudo de processos grupais ao estudo de comportamentos individuais. Nega-se apenas qualquer reificação do grupo, pois não se trata de uma entidade autônoma, descolada dos sujeitos que o compõem. Processos e padrões usualmente estudados a nível sociológico e antropológico são emergentes de comportamentos entrelaçados das pessoas em situação de grupo. Portanto, demandam uma análise que vai além do comportamento do organismo individual.

Por fim, acerca de uma crítica mais genérica sobre a suposta limitação das metodologias comportamentalistas para a resolução de problemas humanos, recomendamos a leitura de Heward et al. (2022). Os autores fizeram um levantamento de 350 comportamentos socialmente relevantes que foram foco de intervenção efetiva pela análise aplicada do comportamento. É um bom início para dirimir qualquer dúvida quanto à possibilidade de resolução de problemas humanos a partir da Análise do Comportamento.

A análise do comportamento seria reducionista / superficial e desumanizante

Alocamos nesta seção algumas das categorias de críticas que acreditamos compartilhar a mesma temática subjacente. Em linhas gerais, trata-se da "supersimplificação e superficialidade na explicação do comportamento enquanto objeto de estudo" (Carrara, 2005, p. 150). Outras categorias de críticas expostas por Carrara (2005) podem ser analisadas como desdobramentos diretos da suposta supersimplificação do reducionismo comportamentalista: "o método de pesquisa e os procedimentos utilizados na Análise do Comportamento não dão conta do caráter interno e privado: o behaviorismo radical explica apenas uma fração superficial das ações humanas" (p. 151), "o campo da Análise Aplicada do Comportamento: o behaviorismo radical, quando presente na prática clínica, educacional e de relações humanas baseia-se em análise superficial e é necessariamente antiético" (p. 151); "O behaviorismo negligenciaria instintos, sentimentos, motivos, emoções, dons inatos e criatividades: o behaviorismo radical seria desumanizante" (p. 151); "as relações (im)possíveis entre behaviorismo e fenomenologia" (p. 152); "as relações entre behaviorismo e humanismo:

aproximação e distanciamento" (p. 152); e "relações entre behaviorismo e cognitivismo: do antagonismo explícito à proximidade possível" (p. 152).

Para os críticos, segundo Carrara (2005), ao abordar os fenômenos psicológicos como comportamentais, a Análise do Comportamento estaria assumindo posição reducionista: reduziria a "mente", a "cognição" e a "subjetividade" a comportamentos. Farr (1996/2002) em sua exposição ecoa o tipo de crítica rasa e descuidada comum ao afirmar que "Watson reduziu a racionalidade humana à racionalidade dos ratos" (p. 105). A superficialidade atribuída à Análise do Comportamento seria um efeito direto de seu suposto foco exclusivo em comportamentos publicamente observáveis. Qualquer evento privado e/ou subjetivo seria eliminado como objeto de estudo da psicologia. Dessa forma, pode-se dizer que a Análise do Comportamento tocaria apenas a "superfície" (daí a superficialidade) dos processos psicológicos, isto é, o que está localizado fora de pele, as atividades físicas manifestas, deixando de fora toda a gama de processos que, de fato, parecem justificar a própria existência do prefixo "psi". Guareschi (2012), por exemplo, assevera: "O comportamentalismo, que só via, na Psicologia Social, o que chega até à pele, não passando daí sem poder dar conta do psíquico e principalmente do simbólico, sempre social" (p. 43). Já Rey (2004) atesta que a "psicologia comportamental não pode ser definida como uma psicologia psicológica, mas sim como uma psicologia em que o psicológico foi substituído pelo comportamental" (p. 14) e, portanto, seria "incapaz de acompanhar os complexos processos subjetivos e sociais que caracterizam as diferentes atividades humanas" (p. 14). E Asch (1955/1966):

> Notamos, anteriormente, algumas dificuldades nesta maneira de pensamento [comportamentalista]; . . . Ela não consegue descrever os processos concretos, cognitivos e emocionais, que se encontram no ambiente social. No contexto atual, essa maneira de pensar simplesmente ignora o fato de que as pessoas fazem distinções éticas; que têm noção das exigências sociais; supõe que as pessoas são inicialmente vazias no que se refere a essas distinções. . . . Ainda que pudéssemos supor que os conceitos "impulso", "recompensa", "resposta" fossem adequados às ações dos organismos infra-humanos (de cuja observação são, principalmente, deduzidos), poder-se-á discutir se se aplicam ou não, como tais a ação social. A conceituação inicial desses termos refere-se a fenômenos muito específicos, como a privação de comida, dobrar a esquina, evitar um choque. Pareceria necessário mostrar que são significativos na referência a fenômenos sociais. Mas esta é uma suposição não comprovada. Portanto as afirmações de que a sociedade pode ser comparada a um labirinto, e de que a cultura é aprendida, são pouco mais do que reafirmações da crença de que a aprendizagem do rato no labirinto (ou uma interpretação especial dessa aprendizagem) é suficiente para compreensão dos costumes e instituições. (p. 317)

A superficialidade também tornaria o comportamentalismo incompatível com as perspectivas fenomenológica e humanista. Como nos diz Farr (1996/2002):

> [A fenomenologia] era uma forma de filosofia claramente distinta do positivismo que se tinha estabelecido na América na forma de behaviorismo durante o período entre as duas guerras mundiais. A psicologia da Gestalt não se tinham defrontado com o behaviorismo até que chegassem ao novo mundo. Foi esse conflito entre duas filosofias rivais mais incompatíveis (isto é, fenomenologia e positivismo), que a psicologia social emergiu na América, na forma específica que se deu, logo no início do período moderno. (pp. 25-26)

Não cabe aqui analisar a incompatibilidade entre fenomenologia e positivismo, mas sim ressaltar que a base do argumento de Farr (1996/2002) está na suposta relação entre behaviorismo e positivismo. Assim, se o behaviorismo é a contraparte psicológica do positivismo, então seria incompatível com a fenomenologia e, por extensão, com a Gestalt, ponto esse repetido por Farr (1996/2002) em diversos momentos de seu texto (p. 25, p. 144, p. 149, p. 187, p. 189). Obviamente, caberia questionar a pertinência da relação entre positivismo e behaviorismo, ponto já apresentado em outra seção.

Entrementes, a suposta incompatibilidade entre humanismo e comportamentalismo encontra suporte em Juberg (2014), que também ressalta os desdobramentos da superficialidade da proposta em sua aplicação clínica:

> . . . a crítica que tem sito feita, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, tem apontado para o caráter do foco racionalista e experimental e behaviorista, mais opressor do que liberador do potencial humano. A aceitação das relações de causa e efeito, como centro dos estudos dos processos psicológicos, levou psicólogos experimentais a desmerecerem o trabalho de clínicos, atribuindo um status de segunda classe aos trabalhos desenvolvidos dentro do domínio humanista. Uma engenharia social que copiaria os objetivos de uma engenharia genética. (p. 129)

A superficialidade resultaria em uma "desumanização" do ser humano, visto como uma máquina ("mecanicista") reativa e passiva ("externalista"), tal como qualquer outro animal não-humano ("continuísta"), cujo estudo, sempre empírico e experimental a partir de dados observáveis ("positivista"), seria reduzido a relações estímulo-resposta ("reducionista"), e qualquer fenômeno que não se enquadre nessa proposta seria deixado de fora ("superficial").

Já expomos nas subseções anteriores a impertinência de caracterizar o comportamentalismo como "mecanicista" e "positivista". Discutimos também em que sentido a Análise do Comportamento seria "externalista" e "continuísta". Talvez caiba, no entanto, algumas palavras sobre a suposta superficialidade da área em função de seu aparente posicionamento

reducionista. O reducionismo derivaria da equiparação do comportamento a atividades físicas e manifestas (observáveis) dos organismos. Essas atividades seriam estudadas em relação a estímulos físicos antecedentes numa relação causal direta e mecânica do tipo estímulo-resposta. Ora, muitos processos psicológicos legítimos (emoções, sentimentos, pensamentos, comportamentos "voluntários", etc.) não encontrariam lugar no paradigma estímulo-resposta, daí a sua superficialidade. Porém, vimos anteriormente que a Análise do Comportamento não é uma psicologia estímulo-resposta e tampouco pode ser considerada positivista. Dessa forma, há espaço para o estudo de processos psicológicos não observáveis por terceiros na Análise do Comportamento. A diferença do comportamentalismo em relação a outras matrizes psicológicas está em sustentar que as categorias psicológicas se referem a fenômenos comportamentais – podem ser estudadas como relações entre comportamentos (públicos, privados ou encobertos) e contextos. Nas palavras de Zilio (2010):

> Para Skinner . . . a ciência do comportamento deve apresentar "uma explicação alternativa da vida mental". Essa tarefa, inclusive, constitui "o âmago do behaviorismo radical" . . . . Ou seja, sendo a ciência do comportamento, a psicologia não poderá deixar espaço para uma ciência da mente autônoma. O behaviorismo radical, portanto, não sustenta uma psicologia "sem mente", mas uma psicologia que apresenta um tratamento próprio dos fenômenos normalmente caracterizados como "mentais". (p. 61)

A análise comportamental de fenômenos psicológicos, que não se confunde com a redução do psicológico a uma relação estímulo-resposta, é campo bastante explorado na área (Leigland, 1996; Strapasson et al. 2007). Para Skinner (1945), os significados dos conceitos psicológicos devem ser encontrados nas contingências que controlam os seus usos:

> O que queremos saber no caso de muitos conceitos psicológicos tradicionais é, primeiramente, as condições de estimulação específicas sob as quais eles são emitidos (o que corresponde a 'achar os referentes') e, em segundo lugar (e essa é uma questão sistemática muito mais importante), por que cada resposta é controlada por suas condições correspondentes. (p. 272)

Um exemplo desse tipo de análise pode ser encontrado em Skinner (1969), ao discorrer sobre os conceitos de "propósito" e"intenção":

> Uma pessoa pode exprimir seu propósito ou intenção, dizer-nos o que ela espera fazer ou conseguir, e descrever suas crenças, pensamentos ou conhecimento. . . . As contingências são, não obstante, efetivas [mesmo] quando a pessoa não pode descrevê-las. Nós podemos pedir que ela as descreva depois do fato ("Por que você fez isso?"), e ela pode, então, examinar o seu próprio comportamento e descobrir seu propósito ou sua crença pela primeira vez. . . . Um declaração mais explícita pode ser feita

> antes da ação: um homem pode anunciar seu propósito, exprimir sua intenção, ou descrever seus pensamentos, crenças ou conhecimento sob os quais a ação será baseada. Esses não podem ser relatos da ação porque esta ainda não ocorreu; mas parecem ser, em vez disso, as descrições de precursores [da ação]. (p. 126)

A literatura dedicada à análise comportamental dos termos psicológicos tem mostrado consistentemente que eles se referem, em última instância, a processos comportamentais. Zilio (2010), por exemplo, analisou as categorias "pensamento", "consciência", "experiência", "subjetividade", "atenção", "percepção", "imagem mental", "sensação", "intencionalidade", "conteúdos mentais", e "causalidade mental". Hübner e Moreira (2012) organizaram um volume dedicado à análise comportamental de categorias e temas clássicos da psicologia, tais como percepção, atenção, memória, motivação, sentimentos, linguagem, pensamento, criatividade, personalidade e consciência. Esses são apenas dois exemplos de uma ampla literatura dedicada à análise comportamental dos fenômenos psicológicos que mostram, acima de tudo, o esforço da área em não deixar nenhum fenômeno psicológico de fora da análise comportamentalista, a despeito de sua complexidade e/ou dificuldade de acesso (Zilio & Neves Filho, 2018). É flagrante, portanto, a impertinência da crítica do reducionismo e supersimplificação.

Entrementes, a passagem de Juberg (2014) é relevante por fazer ponte com a próxima categoria de crítica: a Análise do Comportamento teria como objetivo a criação de uma "engenharia social" cujo fim seria controlar comportamento humano.

A análise do comportamento proveria controle unilateral

A abordagem comportamentalista teria como objetivo principal prover técnicas de controle do comportamento humano, a despeito de quem as utilize ou com qual finalidade. Carrara (2005) ressalta que, nesse contexto, o behaviorismo foi taxado de "reacionário e antidemocrático" (p. 151), podendo contribuir para a manutenção da unilateralidade e da distribuição desigual do controle. A possibilidade de seu uso como ferramenta de controle apareceu na já mencionada passagem de Juberg (2014), e outro exemplo claro está em Roso (2013):

> Tanto os comportamentalistas quanto os cognitivistas partem da concepção de que existem seres humanos que podem saber o que é melhor para a humanidade e, portanto, são dignos de controlar e construir desejos nas pessoas. Muitas vezes, mesmo de forma não proposital, os pressupostos dessas . . .teorias podem ser usados para um fim comum: manipular pessoas. Consequentemente, os postulados e princípios dessas correntes podem orientar pessoas e instituições no sentido da manipulação e construção de meios que reforcem as relações de dominação. (p. 134)

Codo (1984) é mais cauteloso, pois coloca como possibilidade, ao invés de fato consumado, a redução do behaviorismo a uma engenharia comportamental cujo objetivo seria adaptar as pessoas (fazê-las se comportar de maneira apropriada) aos seus contextos sócio-históricos:

> Ambos os enfoques são vítimas do mesmo pecado, filhos que são de um mundo onde o trabalho virou mercadoria, consideram como inerente ao ser humano o que é inerente ao capital. Por isso a Psicanálise corre o risco de propugnar por um homem livre do seu conflito com a vida, ou seja, adaptado ao mundo, no sentido mais conservador que palavras possam ter, e pelo avesso o behaviorismo corre o risco idêntico de se transformar em Engenharia, ignorando o Homem como sujeito de sua história. (p. 151)

Vimos anteriormente que o comportamentalismo não compactua com a ideia de sujeito "passivo"; pelo contrário, ele é "sujeito de sua própria história" na medida em que esta é construída por meio de sua interação com o contexto; através de suas ações as pessoas produzem mudanças no contexto que, por sua vez, influenciam seus comportamentos subsequentes. Em suma, o sujeito não é "passivo", mas tampouco é agente descolado de sua história: a Análise do Comportamento nega a noção ingênua de liberdade segundo a qual o comportamento seria apenas um efeito de vontades, desejos, crenças ou intenções intrínsecas aos sujeitos do comportamento – como se estas brotassem de dentro e não fossem também produto da história de interação com o contexto (Baum, 2019; Skinner, 1971). Para o comportamentalismo, vontades, desejos, crenças ou intenções são comportamentos e, enquanto tais, são determinados historicamente. Precisam ser explicados; não constituem explicação.

O determinismo histórico assumido em Análise do Comportamento está na base de sua defesa do planejamento social/cultural. Pois se o comportamento é historicamente determinado, torna-se essencial conhecermos as condições de controle para que, assim, possamos prescindi-las. O discurso da liberdade ingênua e do sujeito "autodeterminado", por seu turno, contribui para a manutenção das condições de controle que, no caso dos seres humanos, são em grande parte sociais e aversivas. Em outras palavras, contribui para que aqueles que estão no poder permaneçam nessa posição (Holland, 1973/2016). Poder aqui entendido como o grau de controle que uma pessoa ou instituição exerce sobre o comportamento de outrem (Baum, 2019). Com Skinner (1971):

> O erro fundamental daqueles que escolhem métodos fracos de controle é assumir que o saldo do controle ficará para o indivíduo, quando na verdade ficará com outras condições. Essas condições são geralmente difíceis de localizar, mas continuar a negligenciá-las e atribuir seus efeitos ao homem autônomo é flertar com o desastre. Quando práticas [de controle] são ocultadas ou disfarçadas, o contracontrole torna-se mais

> difícil; não é claro de quem se tem que escapar ou quem é para atacar. (p. 99)

É nesse contexto que Pessotti (2016) argumenta ser papel central do analista do comportamento trazer à tona as táticas de controle "ocultadas" e "disfarçadas":

> . . .a função política positiva do analista do comportamento é a de difundir, aos quatro ventos, sem escolha de sedes ou de partidos, ou de grupos, ou de categorias de pessoas, as técnicas usadas pelos diversos detentores do controle: governo, fabricantes, comerciantes, agentes de publicidade, órgãos de informação, líderes religiosos ou ativistas políticos. . . . Trata-se de propiciar uma espécie de vacinação em massa contra a submissão incauta às técnicas de controle. Informar a qualquer cidadão em linguagem simples como e quanto seu comportamento é manipulado. Quase sempre em benefício de quem o manipula. Se alguma iniciativa de contracontrole resultar desse esclarecimento, deverá ser o produto de decisões dos controlados e não de qualquer projeto científico iluminado. . . . Desse modo, a atuação do cientista deve ser essencialmente anárquica (no sentido literal do termo). . . . Enquanto o conhecimento dos processos de controle não chegar aos governados, a força dos governos crescerá imperturbada. (pp.112-113)

Porém, é essencial considerarmos a nota de precaução de Dittrich (2019):

> Cabe, diante disso, perguntar: a filosofia behaviorista radical levaria naturalmente, através de uma rigorosa cadeia de argumentação lógica, à conclusão de que os behavioristas radicais devem, necessariamente, por coerência intelectual, adotar determinada posição político-econômica? Mesmo reconhecendo que quase tudo é possível no campo da argumentação, presumivelmente a resposta é negativa. A filosofia behaviorista radical é um conjunto de regras, pressupostos e proposições em constante evolução, sobre os quais, além disso, nem sempre há acordo. Essa falta de acordo estende-se para o campo do planejamento cultural: há espaço dentro do behaviorismo radical para a defesa das mais variadas posições político-econômicas. Há behavioristas radicais socialistas, assim como há liberais, assim como há anarquistas, assim como há conservadores, assim como certamente há, em número possivelmente expressivo, behavioristas radicais que pouco ou nada se interessam por política e economia. O debate político-econômico fundamentado na presunção de autoridade epistemológica ou moral empobrece os termos da argumentação e, com frequência, sustenta discursos maniqueístas, que separam os "bons" dos "maus"- quem faz a distinção, é claro, sempre está entre os bons. Ora, supostamente todas as correntes político-econômicas querem "o bem", mas o concebem de diferentes formas e/ou buscam produzi-lo com diferentes métodos. Isso não indica diferenças no caráter moral dos contendores, mas na história de seleção que produziu seu repertório comportamental. . . (pp. 4-5)

A precaução e abertura da área a propostas político-econômicas distintas, contudo, não isenta o analista do comportamento de exercer sua prática de maneira crítica:

> Embora o analista do comportamento deva manter uma autocrítica constante, buscando identificar as variáveis que controlam o processo de formulação dos objetivos de sua intervenção, ele não pode ter a pretensão de ter certeza de que está agindo da forma mais justa. A ética e a política, conforme sugerimos anteriormente, não permitem conclusões epistemologicamente ou moralmente absolutas. A eventual hesitação que pode derivar da incerteza sobre a adequação dos objetivos da intervenção é salutar, desde que não resulte em inércia. Ao tomar decisões e agir assumimos riscos, mas espera-se do analista do comportamento que exerça a autocrítica - científica, técnica e ética - não apenas ao planejar suas intervenções, mas também ao implementá-las e ao avaliar seus resultados. Igualmente, espera-se que o analista do comportamento esteja pronto a avaliar eventuais críticas externas à sua atuação, especialmente as que provém das pessoas e grupos junto aos quais trabalha . . . . A responsabilidade de decidir e agir deve ser acompanhada por uma flexibilidade que nos permita reconhecer e corrigir eventuais problemas em nossas intervenções. (p. 6)

Potencial incompletude

De acordo com o dicionário do Google, "crítica" pode indicar "atividade de examinar e avaliar minuciosamente uma produção artística, literária ou científica...". Nesse sentido, dificilmente poderíamos considerar o conteúdo até aqui exposto como sendo propriamente "crítico", haja vista a ausência de verticalidade no exame das propostas comportamentalistas. Já a definição de crítica como "opinião desfavorável; censura, condenação", também presente no dicionário, cabe ao que encontramos. De fato, os livros consultados estão repletos de opiniões desfavoráveis, censuras e condenações direcionadas ao behaviorismo e à Análise do Comportamento. Mas os textos não fornecem apenas opiniões desfavoráveis – são opiniões desfavoráveis equivocadas. É importante estabelecer a diferença entre equívoco (no sentido de "engano" ou "erro") e crítica. Nem todo equívoco é desfavorável. Nem toda crítica é equivocada. Até o momento, vimos opiniões desfavoráveis equivocadas. Contudo, destoam as obras de Lane (1981/2006) e Lane e Codo (1984). Lane (1981/2006), por exemplo, parece endossar a definição de comportamento verbal proposta por Skinner ao discutir a construção social da linguagem:

> . . . não podemos esquecer que ela [a linguagem] não é o único código de comunicação, a ponto de Skinner definir o comportamento verbal como sendo 'todo aquele comportamento reforçado através da mediação de outras pessoas', e assim incluindo, além do falar, o escrever, os sinais, gestos, código Morse, e até os rituais. Esta definição é muito importante

> para ressalvar o caráter instrumental da linguagem, que se, de início, tinha que ser objetiva (coisa = significado), hoje adquiriu uma autonomia tal que permitiu mais uma divisão de trabalho: a manual versus a intelectual. (pp. 26-27)

Em texto posterior, Lane (1984) discute mais detidamente a proposta skinneriana:

> Skinner inicia o seu *Verbal Behavior* com a seguinte frase: "Os homens agem sobre o mundo e o transformam, e são, por sua vez, transformados pelas consequências de suas ações". E mais adiante define comportamento verbal como todo aquele mediado por outra pessoa, e assim inclui, no verbal, gestos, sinais, ritos e, obviamente, a linguagem. Assim, podemos dizer que o homem ao falar transforma o outro e, por e, por sua vez, é transformado pelas consequências de sua fala. (p. 32)

Lane (1984) assume ainda que Skinner concordaria "em afirmar que a função primária da linguagem é a comunicação e o intercâmbio social" (p. 33) e reconhece a contribuição do autor na compreensão da "aprendizagem da linguagem" (p. 33). Skinner, "pela análise empírica que faz, demonstra a materialidade de falar e pensar" (p. 33). No entanto, ainda que reconheça o mérito do behaviorismo skinneriano em colocar como foco de estudo a relação entre comportamento e ambiente, na qual a pessoa age sobre mundo, modifica o mundo e é, por sua vez, modificada pelas consequências de sua ação (Skinner, 1957), Lane ressalta que Skinner talvez não tenha ampliado o bastante o recorte histórico de sua análise: "Porém é necessário, para uma compreensão mais profunda do comportamento verbal, analisá-lo em um contexto mais amplo considerando-se o ser humano como manifestação de uma totalidade histórico-social, produto e produtor de história" (p. 32). Em outro capítulo do mesmo livro, a autora (1984) desenvolve o argumento:

> Como exemplo, podemos citar Skinner, que, sem dúvida, causou uma revolução na Psicologia, mas as condições histórico-sociais que o cercam, impediram-no de dar um outro salto qualitativo. Ao superar o esquema S-R, chamando a atenção para a relação homem-ambiente, para o controle que este ambiente exerce sobre o comportamento; criticando o reducionismo biológico, permitiu a Skinner ver o homem como produto das suas relações sociais, porém não chega a ver estas relações como produzidas a partir da condição histórica de uma sociedade. Quando Skinner, através da análise experimental do comportamento, detecta os controles sutis que, através das instituições, os homens exercem uns sobre os outros, e define leis de aprendizagem — e não podemos negar que reforços e punições *de fato* controlam comportamentos — temos uma descrição perfeita de um organismo que se transforma em função das consequências de sua ação, também a análise do *autocontrole* se aproxima do que consideramos consciência de si e o *contracontrole* descreve ações de um indivíduo em processo de conscientização social. Skinner

> aponta para a complexidade das relações sociais e as implicações para a análise dos comportamentos envolvidos, desafiando os psicólogos para a elaboração de uma tecnologia de análise que dê conta desta complexidade, enquanto contingências, presentes em comunidades. A história individual é considerada enquanto história social que antecede e sucede à história do Indivíduo. Nesta linha de raciocínio caberia questionar por que alguns comportamentos são reforçados e outros punidos dentro de um mesmo grupo social. Sem responder a estas questões, passamos a descrever o status quo como imutável e, mesmo querendo transformar o homem, como o próprio Skinner propõe, jamais o conseguiremos numa dimensão histórico-social. (p. 14)

Ao que parece, Lane (1984) não apresenta propriamente uma crítica à consistência interna do behaviorismo ou da Análise do Comportamento; pelo contrário, reconhece a relevância da proposta skinneriana para a compreensão das relações sociais (cf. Angelo & Bissoli, 2016). Não obstante, aponta para uma incompletude potencial: ater-se ao "nível ontogenético" (Skinner, 1981), o que implica compreender o comportamento por meio da análise da interação do organismo, via comportar-se, com o ambiente (físico, social e cultural) que lhe é particular. Permanece-se no nível de análise "psicológico" ou "individual" quando o foco está no comportamento de uma pessoa; "interpessoal", quando o foco está nas relações entre pessoas; e "intragrupal", quando o foco está nas pessoas se comportando em situação de grupo (Doise, 1986; Ribes-Iñesta, Rangel, & López-Valadéz, 2008). Ainda que seja possível argumentar que em todas essas dimensões esteja se estudando relações comportamentais sociais via análise de contingências entrelaçadas, não se tem como foco a configuração histórico-social que determina como e por que tais contingências sociais se dão. Nas palavras de Sá (2015): ". . . o que se encontra basicamente em questão na disciplina são os fenômenos que ocorrem 'em sociedade' e que dependem de sua organização e seu funcionamento, os quais têm sido chamados de 'societais', em vez de, genericamente, 'sociais'" (p. 77). Faltaria à Análise do Comportamento, portanto, debruçar-se sobre a dimensão "societal" e cultural.

Caso se queira fazer uma incursão pela dimensão societal/cultural, é preciso ir além do estudo de histórias ontogenéticas particulares, pois assim como estas não se confundem com a história da espécie (o nível "filogenético" de Skinner, 1981), pode-se dizer o mesmo da dimensão societal/cultural: não é mera somatória de histórias ontogenéticas, ainda que seja fator determinante das mesmas na condição de contexto societal/cultural (Guerin, 2016). Isso significa que o desenrolar histórico ontogenético de interação de um organismo com o seu meio societal/cultural, ou de organismos interrelacionando-se nesse meio societal/cultural, se dá de certa maneira particular por conta dessas condições contextuais societais/culturais historicamente determinadas. A análise comportamental dos processos sociais e culturais, que até o momento dedicou-se primariamente aos níveis individual, interpessoal e intragrupal, nos ajudaria a

compreender por que as pessoas se comportam de tal ou qual maneira diante de certas características contextuais societais/culturais, mas não diz necessariamente como tais características vieram a se constituir historicamente. Além disso, reconhecer a condição histórica e contingente dos contextos societais/culturais determinantes de histórias ontogenéticas singulares é de extrema relevância para ressaltar a possibilidade de transformação social.

Considerações finais: O que fazer?

As opiniões desfavoráveis e equivocadas expostas ao longo deste artigo podem contribuir para a manutenção do que Todd e Morris (1992) definiram como "folclore acadêmico" (p. 1441) sobre o behaviorismo no campo da Psicologia Social: o conjunto de lendas fantasiosas e inverídicas passadas por meio de relações verbais entre os membros de uma comunidade - nesse caso, a de psicólogos sociais. Os folclores acadêmicos "têm conteúdo e consistência interna suficientes para parecerem plausíveis ao mesmo tempo em que são suficientemente simples para que não-especialistas consigam formular críticas válidas acerca de seus detalhes e implicações" (p. 1442). Argumentos como o seguinte podem emergir desse contexto: se o behaviorismo é reducionista a ponto de considerar a multitude de processos psicológicos como relações mecânicas entre estímulos e respostas (esse seria o componente folclórico), como é possível pensar em uma psicologia social behaviorista (essa seria a crítica)? Critica-se o "behaviorismo", mas é uma crítica feita de "dentro" da própria Psicologia Social, sem consulta às fontes primárias criticadas (pelo menos estas estão ausentes nas referências dos textos com opiniões contrárias e equivocadas), cujo resultado é a manutenção de um padrão de repetição do discurso equivocado por terem os próprios autores entrado em contato com a crítica nos textos de seus próprios pares da área. Por exemplo, é recorrente a menção a Farr (1996/2002) nas outras obras mencionadas quando se faz críticas ao comportamentalismo. Em outras palavras, o discurso crítico ao behaviorismo é selecionado e mantido pela própria literatura de psicologia social que, por sua vez, tem como leitores os próprios psicólogos sociais que aprenderam o discurso por meio delas. Trata-se de arranjo bastante confortável, pois a chance de as críticas serem colocadas à prova são mínimas, haja vista que a interlocução é entre psicólogos sociais e não entre psicólogos sociais e analistas do comportamento. Novamente com Todd e Morris (1992): ". . .aqueles que perpetuam o folclore não são necessariamente incompetentes ou maliciosos. Eles simplesmente não leram as fontes primárias do behaviorismo, e passam aos seus estudantes, colegas e público geral as ideias errôneas que foram a eles mesmos ensinadas" (p. 1442).

Com efeito, se considerarmos, a exemplo de Ferguson, Brow, e Torres (2018), Todd e Morris (1983) e Farr (1996/2002), a relevância formativa dos livros introdutórios, manuais e coletâneas, enfim, das obras

consideradas "de referência" numa dada área, torna-se não só compreensível a existência de equívocos (o "folclore acadêmico"), como também bastante provável a sua perpetuação caso não haja um movimento de ruptura desse arranjo de contingências formativas, tanto de analistas do comportamento quanto de psicólogos sociais. O que fazer diante desse cenário? Aqui exploraremos duas estratégias não excludentes.

Estratégia reativa: a metacrítica

Skinner (1979) escreveu em sua autobiografia que utilizou por muitos anos o livro *The Physical Dimensions of Consciouness* de Boring como "instrumento de autogerenciamento" (p. 93). Em suas palavras: "Quando encontrava-me perdendo interesse no trabalho em mãos ou simplesmente sentindo cansado, algumas páginas do livro de Boring tinham o efeito de uma dúzia de xícaras de café" (p. 94). Hoje em dia poderíamos utilizar o conceito de operações "estabelecedoras" (OE) para se referir a essa estratégia. As críticas de Boring ao behaviorismo e sua recusa em reconhecer a Análise do Comportamento como ciência autônoma da fisiologia é o que estava em questão. Essa OE aumentava a probabilidade do comportamento verbal de Skinner de advogar, principalmente via textos, a favor da ciência do comportamento em contraposição às propostas mentalistas. Pois bem, diante da literatura consultada poderíamos facilmente seguir o mesmo caminho, e, de fato, o fizemos, ainda que de maneira incipiente, com os comentários ao final de cada subseção dedicada aos equívocos. Vejamos o caso de Rey (2014). É de longe a obra que apresenta o maior número de equívocos ao behaviorismo e à Análise do Comportamento. Até mesmo a estética retórica do texto se sobressai, colocando o behaviorismo como uma coisa do passado (mas sem prover uma análise histórica), sempre em escrita telegráfica e afirmativa, não dando margem para dúvidas em relação ao que está ali sendo escrito. Suas asserções sempre associam o behaviorismo a adjetivos negativos e os termos impactantes e caros às psicologias mentalistas (como self, psique, subjetividade, etc.) permanecem sem uma definição clara por parte do autor. Ora, é no mínimo problemático assumir que uma proposta psicológica (no caso, o behaviorismo) não dá conta de X, Y ou Z quando o próprio autor não nos diz exatamente o que é X, Y e Z. Em suma, o autor não argumenta, ele apenas diz que o behaviorismo é isso ou aquilo, esperando, talvez, que o leitor acredite pelo simples fato de ter ali escrito tais palavras. É a essência do folclore acadêmico.

A extensa literatura dedicada ao tratamento das críticas infundadas ao behaviorismo, esforço caracterizado como "metacrítica" (a crítica da crítica) por Carrara (2005), poderia ter função de antídoto para impedir a disseminação do folclore behaviorista[1]. Contudo, o fato de estarmos discutindo ainda hoje os equívocos em relação à área é um indicativo de

[1] Cabe ressaltar que Carrara (2005, pp. 9-11) não tinha esse objetivo ao escrever a sua obra; procurou, isso sim, ampliar esclarecimentos sobre a crítica e seus contextos.

que talvez não seja suficiente. Os equívocos persistem. Isso não significa que devemos abandonar a metacrítica. Uma posição passiva ("viva e deixe viver") pode ser até mais deletéria. O fato é que a literatura metacrítica parece alcançar majoritariamente analistas do comportamento, justamente a audiência que em tese não precisaria do antídoto: é rezar missa ao padre, como dizem. Uma consulta informal ao Google Acadêmico[2], por exemplo, mostrou que o livro de Carrara (2005) é citado por 183 outras obras (artigos, capítulos, teses, dissertações, planos de curso, etc.); desse montante, a maioria poderia ser considerada analítico-comportamental. Obviamente, não é um demérito dessa e de outras obras metacríticas. Faz-nos pensar, no entanto, se haveria estratégia alternativa complementar à metacrítica.

Estratégia proativa

A produção metacrítica como estratégia exclusiva parece ser insuficiente na dissolução do folclore behaviorista. Mas de quem é a culpa? É tentador colocar o ônus sobre a audiência não comportamentalista. Ora, as respostas às críticas estão aí, em diversas publicações, basta procurar com um pouco de "boa vontade". Fazê-lo, contudo, significa ferir um princípio central da própria Análise do Comportamento: os sujeitos do comportamento têm sempre razão (Hineline, 2005). As práticas "folclóricas" de manutenção dos equívocos permanecem porque a metacrítica não mudou contingências relevantes à sua conservação. Sabemos que "boa vontade" não causa comportamento. É preciso nutrir a "boa vontade" e isso talvez implique deixar a ilha comportamentalista, sair da zona de conforto do nosso discurso técnico e preciso, e se aventurar pela literatura e por contextos nunca antes navegados.

Em outras palavras, talvez esteja na hora de complementar a estratégia reativa da metacrítica com uma abordagem proativa. As recomendações de Todd e Morris (1992) aos analistas do comportamento são particularmente pertinentes diante desse cenário: escrever para audiências não behavioristas; convidar não behavioristas a participar de empreendimentos (pesquisas, eventos, disciplinas conjuntas) com behavioristas; participar de eventos não behavioristas e demonstrar interesse pelo que autores não behavioristas têm a dizer; evitar uso desnecessário de termos técnicos ou polêmicos porque podem ter conotações que distraem a audiência, tirando o foco das questões mais fundamentais (e.g., "controle", "estímulo", "organismo", "resposta", "ambiente"); evitar o uso de referências canônicas que podem dar a impressão de que se está dogmaticamente seguindo uma figura de autoridade.

Não obstante, a abordagem proativa não significa necessariamente criar uma "antropologia behaviorista" ou uma "sociologia comportamentalista", a exemplo do que encontramos na recentemente denominada

[2] Consulta realizada no dia 27 de julho de 2021 no site https://scholar.google.com.br/

"culturo-behavior science", em que vemos um movimento contrário ao proposto por Todd e Morris (1992) e alheio à potencial incompletude apontada por Lane (1984): ao invés de buscar diálogo com audiência não comportamentalista, temos uma especialização ainda maior dentro da própria área (Carrara & Zilio, 2015; Zilio, 2019c). É como se um terremoto tivesse separado um pedaço da ilha comportamentalista e os habitantes dessa pequena porção de terra criassem o seu próprio dialeto (cf. Glenn et al. 2016).

A abordagem proativa deve ser modesta e assertiva, ou seja, não dogmática "acerca de suas posições teóricas e metodológicas, disposta a considerar posicionamentos alternativos, apoiadora da diversidade e aberta às críticas" (Neuringer, 1991, p. 1). Deve também ser porosa e abrangente, isto é, reconhecer que há outras áreas interessadas por questões sociais e culturais e absorver criteriosamente a literatura dessas áreas por conter informações relevantes sobre contextos históricos sociais e culturais que escapam à análise focada na interação de organismos com o ambiente (físico, social e cultural). Em suma, tornar-se parte da comunidade maior e plural de pesquisadores interessados por questões sociais e culturais. Deixar de ser uma ilha; tornar-se parte do continente. Obviamente, integrar-se ao todo não implica perda de identidade, isto é, da visão de mundo comportamentalista. Que visão de mundo seria essa é uma questão em aberto (Zilio, 2019b), mas defendemos (pelo menos no momento) que há três elementos inegociáveis a caracterizarem-na: epistemologia contextualista (Morris, 1992), contingencialismo como modelo explicativo/causal (Carrara, 2020), e filosofia da mente relacionista e antimentalista (Zilio, 2010). Abrir mão de algum desses elementos é renunciar ao comportamentalismo. A ideia é deixar de ser uma ilha (ou ser menos uma ilha) para ser parte do continente, mas não esquecer que o continente é formado por países, cada qual com suas particularidades.

Referências

Abib, J. A. D. (1994). O contextualismo do comportamento verbal: A teoria skinneriana do significado e sua crítica ao conceito de referência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 10*(3), 473–487.

Abib, J. A. D. (1999). Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 15*(2), 237–247. https://doi.org/10.1590/S0102-37721999000300007

Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia social: Perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill. (Obra original publicada em 2003)

Angelo, H. V. B. R., & Bissoli, E. B. (2016). Uma proposta de diálogo entre a psicologia social de Silvia Lane e a análise do comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *7*(2), 288–302. https://doi.org/10.18761/pac.2016.008

Asch, S. E. (1966). *Psicologia social. São Paulo: Companhia Editora Nacional.* (Obra original publicada em 1952)

Baer, D. M., Wolf, M. M., & Risley, T. R. (1968). Some current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, *1*, 91–98. https://doi.org/10.1901/jaba.1968.1-91

Banaco, R., Zamignani, D., Martone, R., Vermes, J., & Kovac, R. (2012). Psicopatologia. Em M. M. C. Hübner e M. B. Moreira (Orgs.), *Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento* (pp. 154–166). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Baum, W. M. (2019). *Compreender o behaviorismo: Comportamento, cultura e evolução* (3a ed.). Porto Alegre: Artmed.

Becirevic, A., Critchfield, T. S., & Reed. D. D. (2016). On the social acceptability of behavior-analytic terms: Crowdsourced comparisons of lay and technical language. *The Behavior Analyst*, *39*, 305–317.

Berger, P., & Luckmann, T. A. (1985). *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro: Vozes. (Obra original publicada em 1966)

Billig, M. (1990). Rhetoric of social psychology. Em I. Parker, & J. Shotter (Orgs.), *Deconstructing social psychology* (pp. 47–60). London: Routledge.

Brandenburg, O. J., & Weber, L. N. D. (2005). Autoconhecimento e liberdade no behaviorismo radical. *Psico-USF*, *10*, 87–92. https://doi.org/10.1590/S1413-82712005000100011

Brown, J. F., & Hendy, S. (2001). A step towards ending the isolation of behavior analysis: A common language with evolutionary science. *The Behavior Analyst*, *24*(2), 163–171. https://doi.org/10.1007/BF03392027

Calhoun, C. (2007) *Sociology in America: A history*. Chicago: The University of Chicago Press.

Camino, L., & Torres, A. R. R. (2013). Origens e desenvolvimento da psicologia social. Em L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 31–107). Brasília: Technopolitik.

Camino, L., Torres, A. R. R., Lima, M. E. O., & Pereira, M. E. (2013). *Psicologia social: Temas e teorias*. Brasília: Technopolitik.

Campos, R. H. F., & Guareschi, P. (2014). *Paradigmas em psicologia social: A perspectiva latino-americana.* Petrópolis: Vozes.

Carrara, K. (2002). *O mito da síntese experimental do comportamento: Reflexões a partir do behaviorismo radical e do contextualismo pepperiano* (Tese de Livre-docência). Marília: UNESP.

Carrara, K. (2004). Causalidade, relações funcionais e contextualismo: Algumas indagações a partir do behaviorismo radical. *Interações*, *9*(17), 29–54.

Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. São Paulo: Unesp.

Carrara, K. (2015). *Uma ciência sobre "coisa" alguma: Relações funcionais, comportamento e cultura*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Carrara, K. (2018). Grupos, indivíduos e planejamento cultural: Especulações conceituais sobre os "níveis" de análise. Em D. Zilio (Org.), *Comportamento em foco volume 8: Práticas culturais, sociedade e políticas públicas* (pp. 54–70) São Paulo: ABPMC.

Carrara, K. (2020). *Contingencialismo, comportamento e políticas públicas*. São Paulo: Chiado Books.

Carrara, K., & Gonzalez, M. H. (1996). Contextualismo e mecanicismo: implicações conceituais para uma análise da Análise do Comportamento. *Didática*, *31*, 199–217.

Carrara, K., & Zilio, D. (2015). Análise comportamental da cultura: Contingência ou metacontingência como unidade de análise? *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, *11*(2), 135–146. https://doi.org/10.18542/rebac.v11i2.1944

Chiesa, M. (1994). *Radical behaviorism: The philosophy and the science*. Boston: Authors Cooperative, Inc., Publishers.

Churchland, P. (2004). *Matéria e consciência: Uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. São Paulo: Unesp. (Obra original publicada em 1988)

Codo, W. (1984). Relações de trabalho e transformação social. S. T. M. Lane, & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: O homem em movimento* (pp. 136–151). São Paulo: Brasiliense.

Cruz, R. N. (2016). A fundação do JEAB e o isolamento histórico da análise do comportamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *32*(3), 1–9. https://doi.org/10.1590/0102-3772e323215

Cruz, R. N., & Cillo, E. (2008). Do mecanicismo ao selecionismo: Uma breve contextualização da transição do behaviorismo radical. P*sicologia: Teoria e Pesquisa*, *24*(3), 375–385. https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000300015

Dal Ben, R., Calixto, F. C., & Ferreira, A. L. (2016). Are behavior analysts publishing outside the box? A survey of general science media. *Behavior Analysis in Practice*, *10*, 270–278. https://doi.org/10.1007/s40617-016-0152-x

Doise, W. (1986). *Levels of explanation in social psychology*. New York: Cambridge University Press.

Dittrich, A. (2019). James G. Holland: A análise do comportamento como prática política. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *35*, 1–9. https://doi.org/10.1590/0102.3772e3526

Dittrich, A., Strapasson, B., Silveira, J., & Abreu, P. (2009). Sobre a observação enquanto procedimento metodológico da análise do comportamento: Positivismo lógico, operacionismo e behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *25*(2), 179–187. https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200005

Erickson, P. A., & Murphy, L. D. (2015). *História da teoria antropológica*. Petrópolis: Vozes.

Harris, M. (1968). *The rise of anthropological theory*. New York: Thomas &. Crowell Company, Inc.

Farr, R. M. (2002). *As raízes da psicologia social moderna* (1872–1954). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1996)

Ferguson, C., Brown, J. M., & Torres, A. V. (2018). Education or indoctrination? The accuracy of introductory psychology textbooks in covering controversial topics and urban legends about psychology. *Current Psychology*, *37*, 574–582. https://doi.org/10.1007/s12144-016-9539-7

Glenn, S. (1994). On science, scientists, and scientific vocabulary: Commentary on Harrison's "The representative animal". *The Behavior Analyst*, *17*(2), 225–229. https://doi.org/10.1007/BF03392671

Glenn, S., Malott, M., Andery, M. A. P. A., Benvenuti, M., Houmanfar, R., Sandaker, I., Todorov, J. C., Tourinho, E. Z. & Vasconcelos, L. (2016). Toward consistent terminology in a behaviorist approach to cultural analysis. *Behavior and Social Issues*, *25*, 11–27. https://doi.org/10.5210/bsi.v25i0.6634

Gouveia, V. V. (2015). Psicologia social como ciência e prática: O que pensam pesquisadores brasileiros? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *31*(4), 491–500. https://doi.org/10.1590/0102-37722015042306491500

Guareschi, P. (2012). O que é mesmo psicologia social? Uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. Em A. M. Jacó-Vilela, & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 25–45). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Guerin, B. (2016). *How to rethink human behavior: A practical guide to social contextual analysis*. London: Routledge

Hackenberg, T. (2005). Sobre pombos e gente: Algumas observações sobre diferenças entre espécies em escolha e autocontrole. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, *1*(2), 135–147. https://doi.org/10.18542/rebac.v1i2.784

Hantula, D. A. (2019). Audaciously under the dome: Behavior science in systems and society. *Perspectives on Behavior Science*, *42*, 689–694. https://doi.org/10.1007/s40614-019-00238-7

Harrison, J. M. (1994). The representative animal. *The Behavior Analyst*, *17*(2), 207–219. https://doi.org/10.1007/BF03392669

Hayes, S., Hayes, L., & Reese, H. (1988). Finding the philosophical core: a review of Stephen C. Pepper's World hypotheses: a study in evidence. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *50*(1), 97–111. https://doi.org/10.1901/jeab.1988.50-97

Heward, W. L., Critchfield, T. S., Reed, D. D., & Detrich, R. (2022). ABA from A-to-Z: Behavior science applied to 350 domains of socially significant behavior. *Perspectives on Behavior Science*, no prelo.

Hineline, P. N. (2005). The aesthetics of behavioral arrangements. *The Behavior Analyst*, *28*(1), 15–28. https://doi.org/10.1007/BF03392101

Holland, J. (2016). Os princípios comportamentais servem para os revolucionários? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *18*, 104–117. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.863 (Obra original publicada em 1973)

Hübner, M. M. C., & Moreira, M. B. (2012). *Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Hunziker, M. H. L. (1995). O uso de animais em estudos de processos psicológicos: Uma estratégia ultrapassada? *Temas em Psicologia*, *3*, 65–71.

Jacó-Vilela, A. M., & Sato, L. (2012). *Diálogos em psicologia social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Jacques, M. D. G. C., Strey, M. N., Bernardes, N. M. G., Guareschi, P. A., Carlos, S. A., & Fonseca, T. M. G. (2013). *Psicologia social contemporânea: Livro-texto*. Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1998)

Juberg, M. J. (2014), Individualismo e coletivismo na psicologia social uma questão paradigmática. Em R H. F. Campos, & P. Guareschi (Orgs.), *Paradigmas em psicologia social: A perspectiva latino-americana* (pp. 114–160). Petrópolis: Vozes.

Kon, I. (1989). *A history of classical sociology*. Moscow: Progress Publishers. (Obra original publicada em 1979)

Lane, S. T. M. (2006). O que é psicologia social?. São Paulo: Brasiliense. (Obra original publicada em 1981)

Lane, S. T. M., & Codo, W. (1984). *Psicologia social: O homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

Leigland, S. (1996). The functional analysis of psychological terms: In defence of a research program. *The Analysis of Verbal Behavior*, *13*, 105–122. https://doi.org/10.1007/BF03392909

Micheletto, N., & Sério, T. M. A. P. (1993). Homem: Objeto ou sujeito para Skinner? *Temas em Psicologia*, *2*, 11–21.

Moore, J. (2017). Uma comparação de práticas explanatórias do mentalismo e da análise do comportamento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, *13*(2), 74–80. https://doi.org/10.18542/rebac.v13i2.5909

Morris, E. K. (1992). The aim, progress, and evolution of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, *15*, 3–29. https://doi.org/10.1007/BF03392582

Morris, E. K. (1993). Behavior analysis and mechanism: on is not the other. *The Behavior Analyst*, *16*, 25–43. https://doi.org/10.1007/BF03392606

Neuringer, A. (1991). Humble behaviorism. *The Behavior Analyst*, *14*(1), 1–13. https://doi.org/10.1007/BF03392543

Ouelbani, M. (2009). *O círculo de Viena*. São Paulo: Parábola Editorial.

Pessotti, I. (2016). Análise do comportamento e política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *18*, 95–103. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.848

Rey, F. G. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social: A emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes.

Ribes-Iñesta, E., Rangel, N., & López-Valadéz, F. (2008). Análisis teórico de las dimensiones funcionales del comportamiento social. *Revista Mexicana de Psicología*, *25*(1), 45–57.

Holland, J. G. (2016). Os princípios comportamentais servem para os revolucionários?. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, *18*, 104–117. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.863 (Obra original publicada em 1973)

Roso, A. (2013). Comunicação. Em M. D. G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos, & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia social contemporânea: Livro-texto* (pp. 126–136). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1998)

Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, *21*(2), 179–192. https://doi.org/10.1007/BF03391962

Sá, C. P. (2015). Crítica dos rumos atuais da psicologia social no Brasil. Em C. P. Sá (Org.), *Estudos de psicologia social: História, comportamento, representações e memória* (pp. 69–86). Rio de Janeiro: Editora Uerj.

Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, *52*(5), 270–277. https://doi.org/10.1037/h0062535

Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.

Skinner, B. F. (1979). *The shaping of a behaviorist: Part two of an autobiography*. New York: Alfred A. Knopf.

Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, *213*(4507), 501–504. https://psycnet.apa.org/doi/10.1126/science.7244649

Skinner, B. F. (2003). *Sobre o behaviorismo* (8ª ed). São Paulo: Cultrix. (Obra original publicada em 1974)

Smith, L. D. (1986). *Behaviorism and logical positivism: A reassessment of the alliance*. Stanford: Stanford University Press.

Strapasson, B., Carrara, K., Lopes, J. (2007). Consequências da interpretação funcional de termos psicológicos. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *9*(2), 227–239. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v9i2.196

Todd, J. T., & Morris, E. K. (1983). Misconception and miseducation: Presentations of radical behaviorism in psychology textbooks. *The Behavior Analyst*, *6*(2), 153–160. https://doi.org/10.1007/BF03392394

Todd, J. T., & Morris, E. K. (1992). Case histories in the great power of steady misrepresentation. *Amerian Psychologist*, *47*(11), 1441–1453. https://doi.org/10.1037/0003-066X.47.11.1441

Tourinho, E. Z. (1999). Consequências do externalismo behaviorista radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *15*(2), 107–115. https://doi.org/10.1590/S0102-37721999000200003

Weiss, A. P. (1924). Behaviorism and behavior, I. *Psychological Review*, *31*(1), 118–149. https://doi.org/10.1037/h0076038

Zilio, D. (2010). *A natureza comportamental da mente: Behaviorismo radical e filosofia da mente*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Zilio, D. (2018). Apresentação. Em D. Zilio (Org.), *Comportamento em foco volume 8: Práticas culturais, sociedade e políticas públicas* (pp. 11–14) São Paulo: ABPMC.

Zilio, D. (2019a). Mechanisms within contexts: First steps towards an integrative approach. *Behavior & Philosophy*, *47*, 34–66.

Zilio, D. (2019b). O que nos torna analistas do comportamento? A teoria como elemento integrador. *Acta Comportamentalia*, *27*(2), 233–249.

Zilio, D. (2019c). On the function of science: An overview of 30 years of publications on metacontingency. *Behavior and Social Issues*, *28*, 46–76. https://doi.org/10.1007/s42822-019-00006-x

Zilio, D., & Carrara, K. (2016). *Behaviorismos: Reflexões históricas e conceituais* (Volume 1). São Paulo: Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento.

Zilio, D., & Carrara, K. (2017). *Behaviorismos: Reflexões históricas e conceituais* (Volume 2). São Paulo: Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento.

Zilio, D., & Carrara, K. (2019). *Behaviorismos: Reflexões históricas e conceituais* (Volume 3). São Paulo: Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento

Zilio, D., & Carrara, K. (2021). *Contemporary behaviorisms in debate*. Amsterdam: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-77395-3

Zilio, D., & Neves Filho, H. (2018). O que (não) há de "complexo" no comportamento? Behaviorismo radical, self, insight e linguagem. *Psicologia USP*, *29*(3), 374–384. https://doi.org/10.1590/0103-656420170027

Zuriff, G. E. (1985). *Behaviorism: A conceptual reconstruction*. New York: Columbia University Press.